

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

MANOEL MARTINS DA COSTA JÚNIOR

PRÁTICAS FINANCEIRAS PESSOAIS E CONHECIMENTOS FINANCEIROS: A
INFLUÊNCIA DAS DISCIPLINAS FINANCEIRAS NO DESEMPENHO DE
DISCENTES DE GRADUAÇÃO

SOUSA – PB

2014

MANOEL MARTINS DA COSTA JÚNIOR

PRÁTICAS FINANCEIRAS PESSOAIS E CONHECIMENTOS FINANCEIROS: A
INFLUÊNCIA DAS DISCIPLINAS FINANCEIRAS NO DESEMPENHO DE
DISCENTES DE GRADUAÇÃO

Monografia apresentada ao Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Msc. Flávio Lemenhe

SOUSA – PB

2014

MANOEL MARTINS DA COSTA JÚNIOR

PRÁTICAS FINANCEIRAS PESSOAIS E CONHECIMENTOS FINANCEIROS: A
INFLUÊNCIA DAS DISCIPLINAS FINANCEIRAS NO DESEMPENHO DE
DISCENTES DE GRADUAÇÃO

Trabalho monográfico apresentado ao
Curso de Administração do Centro de
Ciências Jurídicas e Sociais da
Universidade Federal de Campina
Grande, Campus Sousa, como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Administração.

Data da Aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Msc. Flávio Lemenhe

Examinador (a) interno 1

Examinador (a) interno 2

Aos meus incentivadores de sempre,
meus pais.

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos não poderiam ser mais justos se não fossem para aqueles que fizeram de suas vidas um contínuo esforço e incentivo para que os filhos prosseguissem nos estudos e conseguissem uma vida com menos dificuldades do que a que eles tiveram. Ações que muitas vezes foram além das possibilidades, mas que acima de tudo valeram a pena e renderam frutos. Mais que muito obrigado por existirem em minha vida dona Gracinha e seu Duzinho (*in memoriam*), pelas batalhas vencidas que permitiram sua prole chegar aonde vocês sonharam.

Em segundo lugar, para toda minha família, primos, tios e avós, estes últimos que tanto me fazem falta nas suas ausências. As minhas irmãs Aliny e Luciana, e meu irmão César. Também agradeço especialmente ao meu primo João Paulo, que abriu as portas de sua empresa e me ajudou nestes momentos finais do curso.

Também agradeço aos meus sobrinhos: a pequena Manuela, meu alento e alegria, que veio ao mundo neste período de intenso esforço. Celly Victória, que para mim é muito mais uma irmã caçula, Pedro Lucas e César Filho.

Agradeço a esta turma especial da qual fiz parte. Me dói saber que depois de quase cinco anos de convivência, vamos nos separar. Vocês fazem parte de minha vida, todos, sem distinção, e sempre vão fazer. Seria injusto citar nomes, mas vou adicionar uma exceção para o amigo Leonardo Santos, pela grande ajuda fornecida na consecução deste trabalho.

Agradeço ao quadro docente que também durante este período contribuiu para a construção do meu conhecimento e de minha formação. Também estão para sempre em minha vida, muito obrigado mestres!

Por fim, agradeço ao meu orientador Flávio Lemenhe, por toda a ajuda que não se resumiu só a este trabalho, mas me inseriu no mundo das pesquisas científicas. Mais que um mestre, ganhei um grande amigo. Que nossa parceria não acabe por aqui.

“As pessoas felizes lembram o passado com gratidão, alegram-se com o presente e encaram o futuro sem medo”.

(Epicuro de Samos)

RESUMO

As finanças pessoais tratam sobre a unidade econômica básica, dispondo sobre seus hábitos e decisões em relação a aspectos como consumo, planejamento, investimento, endividamento, entre outros. Tem importância imprescindível tanto em relação ao individual como ao coletivo, influenciando no equilíbrio econômico do país. Vários estudos comprovam a falta de preparo da população brasileira quanto a este aspecto, em um momento que isto se faz cada vez mais necessário. Este trabalho teve como objetivo analisar a influência de disciplinas financeiras nas práticas e conhecimentos financeiros de discentes de graduação, buscando verificar se este fato pode influenciar em melhores resultados quanto aos dois aspectos. Os cursos foram agrupados em dois conjuntos: Grupo 1, contendo cursos com disciplinas financeiras, no caso, Administração e Contábeis; e Grupo 2, que não dispõe destas disciplinas, identificados como Direito e Serviço Social. A pesquisa foi classificada como descritiva, bibliográfica e levantamento, com amostra não probabilística por conveniência, selecionada dentro das turmas do último período ofertado dos respectivos cursos. O instrumento de pesquisa foi um questionário estruturado de 25 questões, divididas em três partes. Os resultados indicaram superioridade para o Grupo 1 em relação ao Grupo 2, com seus discentes se constituindo menos endividados, controlando mais seus gastos, planejando mais financeiramente e investindo mais, além de demonstrarem um nível maior de conhecimento relacionado a alguns tópicos básicos das finanças, sinalizando o diferencial das disciplinas, e contribuindo para a proposta de desenvolvimento e oferta de disciplina sobre Finanças Pessoais ou oferta de cursos sobre o tema para todos os discentes do Centro.

Palavras-chave: finanças pessoais; alfabetização financeira; gestão financeira.

ABSTRACT

Personal finance deal on the basic economic unit, providing for their habits and decisions in relation to aspects such as consumption, planning, investment, debt, among others. It has vital importance in relation to both individual and the collective, influencing the economic balance of the country. Several studies have confirmed the lack of preparedness of the Brazilian population in this respect, in a moment that it becomes increasingly necessary. This study aimed to analyze the influence of financial disciplines in financial practices and knowledge of undergraduate students seeking to verify if this fact can influence better results for the two aspects. The courses were divided into two groups: Group 1, containing courses with financial subjects, in this case, Administration and Accounting; and Group 2, which lacks these subjects, identified as Law and Social Work. The research was classified as descriptive and bibliographical survey with non-probabilistic convenience sample, selected in the last period offered classes of the respective courses. The research instrument was a structured program of 25 questions divided into three parts questionnaire. Results indicated superiority for Group 1 compared to Group 2, with their students constituting less debt, more controlling your spending, financial planning more and investing more, besides demonstrating a higher level of some basic topics related to finance knowledge, signaling the gap between disciplines and contributing to the development proposal and supply discipline about Personal Finance or offer courses on the subject for all students of the center.

Keywords: personal finance; financial literacy; financial management.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABECS – Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços
ANAPP – Associação Nacional de Previdência Privada
ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais
BACEN – Banco Central do Brasil
BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo
CDB – Certificado de Depósito Bancário
CDC – Crédito Direto ao Consumidor
CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
ESADE – Escola Superior de Administração, Direito e Economia
FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos
IGFE – *International Gateway on Financial Educacion*
INFE – *International Network on Financial Educacion*
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
NR – Não Respondeu
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEF – BC – Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil
PEIC – Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Patrimônio Líquido
PLR – Participação nos Lucros e Resultados
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
USP – Universidade de São Paulo
WSBI – *World Saving Banks Institute*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação entre opiniões e práticas financeiras	45
Tabela 2 – Tipos de despesas	49
Tabela 3 – Gênero dos discentes	62
Tabela 4 – Idade dos discentes	63
Tabela 5 – Curso dos discentes.....	63
Tabela 6 – Disciplina financeira no curso	64
Tabela 7 – Renda familiar dos discentes	66
Tabela 8 – Compra de produto não usual.....	68
Tabela 9 – Realização de compras a prazo.....	69
Tabela 10 – Se considera endividado?.....	70
Tabela 11 – Prestações em atraso	71
Tabela 12 – Percentual da renda comprometido com dívidas	73
Tabela 13 – Pagamento das obrigações	75
Tabela 14 – Controle dos gastos mensais.....	76
Tabela 15 – Planejamento financeiro realizado	78
Tabela 16 – Finalidade principal das bonificações.....	81
Tabela 17 – Posse de investimentos	83
Tabela 18 – Práticas financeiras: comparativo entre cursos.....	85
Tabela 19 – Benefícios da alfabetização financeira	87
Tabela 20 – Liquidez de ativos	88
Tabela 21 – Investimento mais arriscado	88
Tabela 22 – Definição de patrimônio líquido	89
Tabela 23 – Descontrole de gastos	90
Tabela 24 – Saldo de investimento	91
Tabela 25 – Cartão de crédito.....	92
Tabela 26 – Investimento de alto risco	93
Tabela 27 – Compra de seguro	94
Tabela 28 – Aplicação para aposentadoria.....	95
Tabela 29 – Conhecimentos financeiros: comparativo entre cursos.....	97

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E PROBLEMÁTICA	13
1.1 Objetivos	16
1.1.1 Objetivo Geral.....	16
1.1.2 Objetivos Específicos.....	16
1.2 Justificativa	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 Cursos do CCJS/Campus Sousa	18
2.1.1 Administração	18
2.1.2 Ciências Contábeis	20
2.1.3 Direito	20
2.1.4 Serviço Social	21
2.2 Finanças Pessoais	22
2.2.1 Consumo	22
2.2.1.1 <i>Definição</i>	22
2.2.1.2 <i>Consumo no Brasil</i>	24
2.2.2 Poupança e Investimento	25
2.2.2.1 <i>Definição</i>	25
2.2.2.2 <i>Investimento no Brasil</i>	28
2.2.3 Crédito	29
2.2.3.1 <i>Definição</i>	29
2.2.3.2 <i>Crédito no Brasil</i>	31
2.2.4 Endividamento	32
2.2.4.1 <i>Definição</i>	32
2.2.4.2 <i>Endividamento no Brasil</i>	35
2.2.5 Educação Financeira	37
2.2.5.1 <i>Definição</i>	37
2.2.5.2 <i>Educação Financeira no Brasil</i>	38
2.2.5.3 <i>Estudo de Chen e Volpe (1998)</i>	44
2.2.6 Planejamento Financeiro	45
2.2.6.1 <i>Definição</i>	45
2.2.6.2 <i>Planejamento Financeiro no Brasil</i>	47

2.2.6.3 Realizando um Planejamento Financeiro	48
2.2.6.4 Estudo de Barros e Bonatto (2010)	50
2.2.6.5 Estudo de Moraes (2013)	52
3 METODOLOGIA	56
3.1 Classificação	56
3.2 Coleta de Dados	57
3.3 Universo da Pesquisa	58
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	61
4.1 Perfil dos Respondentes	61
4.1.1 Gênero	62
4.1.2 Idade	62
4.1.3 Curso de Graduação	63
4.1.4 Disciplina Financeira	64
4.1.5 Renda Mensal Familiar	66
4.2 Práticas Financeiras	67
4.2.1 Motivo para Compra de um Produto Não Usual	67
4.2.2 Meio para Realização de Compras a Prazo	69
4.2.3 Percepção de Endividamento	70
4.2.4 Existência de Obrigações em Atraso	71
4.2.5 Percentual da Renda Comprometido com Dívidas	72
4.2.6 Pagamento de Prestações e Obrigações	74
4.2.7 Ferramenta de Controle dos Gastos	75
4.2.8 Planejamento Financeiro Realizado	78
4.2.9 Finalidade das Bonificações	80
4.2.10 Investimento	82
4.2.11 Práticas Financeiras: Comparação entre Cursos	84
4.3 Conhecimentos Financeiros	85
4.3.1 Benefícios da Alfabetização Financeira	86
4.3.2 Liquidez de Ativos	87
4.3.3 Investimento Mais Arriscado	88
4.3.4 Patrimônio Líquido	89
4.3.5 Inadimplência	89
4.3.6 Saldo de Investimento	90

4.3.7 Cartões de Crédito.....	91
4.3.8 Investimento de Alto Risco	92
4.3.9 Seguros	93
4.3.10 Aposentadoria.....	94
4.3.11 Conhecimentos Financeiros: Comparação entre Cursos.....	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICE – INSTRUMENTO DE PESQUISA	106

1 INTRODUÇÃO E PROBLEMÁTICA

As finanças pessoais envolvem a aplicação dos conceitos financeiros nas decisões e práticas de uma pessoa ou família (CHEROBIM; ESPEJO, 2011). A preocupação e estudos com esta área são uma realidade nos dias atuais em vários países do mundo, em especial os desenvolvidos, pois os mesmos perceberam a algum tempo que a unidade econômica básica pode, estando mal preparada financeiramente, causar prejuízos para a estabilidade de uma sociedade, sendo desenvolvidas nestes, ações que visam reajustar e melhorar a relação dos indivíduos com o seu dinheiro (SAITO, 2007; GUTTMAN; PLIHON, 2008; SILVA, 2011).

Existem fatores intrínsecos e extrínsecos, coletivos e individuais, que colaboram para dificuldades financeiras em uma população específica. Por exemplo, nas nações europeias, um fator determinante tem sido a questão do desemprego elevado, em virtude da forte recessão econômica que vem passando desde 2008. O continente teve um grande crescimento do crédito e do consumo da década de 90, além de melhoria das condições de vida, mas hoje as pessoas ficam impedidas de terem rendimentos de acordo com o padrão de vida que dispunham anteriormente e, portanto, não conseguem honrar seus compromissos (MARQUES, 2012).

O Brasil, por outro lado, não foi atingido de forma devastadora como outrem por estes problemas na economia mundial, e conseguiu manter, de certa forma, um bom desempenho e crescimento razoável, acima da média mundial, em sua economia. Mas para conseguir isto, teve que adotar políticas que, de outra forma, também podem ocasionar problemas. É o caso do incentivo ao consumo, principal meio utilizado para escapar da crise e feito através da redução de impostos, como o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) (UOL, 2013; FOLHA DE SÃO PAULO, 2013). Outro fator influenciador nos últimos anos foi à facilitação do acesso ao crédito, também utilizada como meio de “esquentar” a economia e símbolo de desenvolvimento interno (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Este “patrocínio” oficial ao consumo tem consequências positivas, e, de certa forma, conseguiu atingir seus objetivos, mas, por outro lado, existiram negativas também. Diversas pessoas que antes viviam em uma situação de extremo aperto e controle de dispêndios, devido a sua marginalização no mercado de crédito e aos

rendimentos baixos, viram seu horizonte de gastos expandirem, e a possibilidade de comprarem bens nunca imaginados, como eletrodomésticos, carro e casa própria. O problema é que nem sempre elas estão preparadas para isto, já que no Brasil não existe uma preocupação de educação em massa sobre aspectos financeiros, apenas ações periféricas por iniciativa do setor privado, ou deste em parceria com o público, por isto os prejuízos, em certa época, se tornam claros (MATTA, 2007; SAITO, 2007; SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

A constatação da coexistência em uma sociedade de consumo, onde o status de alguém é determinado por este, é definitivamente um agravante para os problemas financeiros, existindo uma questão de aceitação pessoal com base na posse de bens. Tonato (2012) afirma que ocorre atualmente algo como um assédio de consumo, influenciado pelo mercado, que cria mecanismos para que a experiência de consumo seja vivida e sentida como algo irracional, e assim bens e serviços supérfluos sejam tidos como essenciais, utilizando de campanhas de publicidade e estratégias de captação cada vez mais sofisticadas.

Além de determinantes gerais e extrínsecos, há também aqueles intrínsecos e individuais, ligados muito a influências psicológicas e emergenciais, de acordo com cada pessoa e suas necessidades. Diversos estudos comprovam nos dias atuais as relações e influências de inúmeros fatores psicológicos no endividamento das famílias, que envolvem deste a própria falta de preparo para a lida com os rendimentos, como também anomalias, que carecem de acompanhamento médico (MOURA *et al.*, 2006; SILVA, 2011; PONCHIO, 2006).

Especificamente na região do Sertão da Paraíba existe a carência de estudos que abordam as diversas facetas das finanças pessoais, e que poderiam fazer um necessário mapeamento dos hábitos da população. Os problemas tendem a ser agravados no Nordeste, principalmente quando levado em conta o menor poderio financeiro existente, sendo uma das regiões mais pobres, debilitadas e carentes de serviços da Federação (ATLAS BRASIL, 2013). Quando este universo é segmentado aos estudantes universitários, tem-se como agravante das cada vez mais intensivas campanhas de marketing e produtos (cartões de crédito, empréstimos e abertura de contas corrente) voltados a esta parte da população pelo mercado de crédito. Chega-se ao cúmulo da existência de prédios empresariais creditícios dentro dos *campi* universitários. Quando estes alunos não têm uma formação financeira adequada essa situação tende a se agravar, por isto pode se

mostrar determinante a existência de disciplinas financeiras no curso de graduação, ainda que estas não sejam diretamente ligadas às finanças pessoais, mas que funcionem ao menos para alertar sobre um maior cuidado com o dinheiro.

Um exemplo que serve como ponto de partida para o pretendido neste projeto é o estudo de Costa Júnior e Lemenhe (2013) que buscou analisar as práticas de investimento dos estudantes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis do Campus Sousa da UFCG. Eles constataram que existe um comprometimento total dos recursos com a compra de bens ou pagamento de dívidas, não havendo sequer um mínimo que possa ser aplicado, mesmo que haja o desejo de fazer o investimento, tendo-se assim a necessidade de se trabalhar com os discentes os conceitos de orçamento pessoal/familiar. Como a pesquisa citada lida com cursos dotados de abordagem financeira, podem-se esperar resultados ainda piores quando analisados os demais cursos de graduação do Centro.

Com os resultados de Costa Júnior e Lemenhe (2013), obteve-se a ideia de investigar e entender como se encontram as práticas e os conhecimentos financeiros dos alunos, realizando um comparativo relacionado aos cursos existentes no campus, a partir da observação de que dois destes (Administração e Ciências Contábeis) lidam com disciplinas de conhecimentos e administração financeira, ainda que não voltados para as finanças pessoais, e sim empresariais, enquanto outros dois (Direito e Serviço Social) não possuem as disciplinas do tipo, pelo menos não da forma gerencial, que envolvam o conhecimento de ferramentas de controle.

Deste modo, o presente estudo buscará analisar as práticas financeiras e conhecimentos financeiros dos alunos dos cursos de graduação oferecidos pelo Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com o intuito de verificar uma comparação entre dois grupos, um deles formado por cursos com disciplinas financeiras obrigatórias de enfoque gerencial em sua grade curricular, e outro com cursos que não dispõem desta formação, para assim responder a seguinte pergunta: **a existência de disciplinas financeiras nos cursos de graduação é fator indutor para melhoria das práticas e dos conhecimentos financeiros pessoais?**

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a influência das disciplinas financeiras nas práticas e nos conhecimentos financeiros pessoais dos discentes de graduação.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Apresentar aspectos pontuais do Projeto Pedagógico de cada Curso de Graduação.
- Traçar o perfil dos discentes.
- Investigar as práticas financeiras adotadas pelos discentes.
- Analisar os níveis de conhecimentos financeiros dos discentes.

1.2 Justificativa

Esta pesquisa justifica-se por abordar temas que estão em evidência nos últimos anos, tendo papel inclusive no surgimento de crises mundiais. (ZERRENNER, 2007; GUTTMAN; PLIHON, 2008; SILVA, 2011; DONADIO; CAMPANÁRIO; RANGEL, 2012), e os vários estudos que referenciam este trabalho comprovam como as práticas financeiras tem sua importância enfatizada por pesquisadores do mundo inteiro.

A existência de boa formação financeira é, embora não totalmente determinante, bastante influenciadora quanto a ter uma situação financeira saudável ou não. Ter conhecimento de tópicos financeiros essenciais e a realização de um planejamento pessoal ou familiar se mostra muito importante para o controle das

finanças, distanciando-se do endividamento, ou, no mínimo, mantendo um endividamento saudável e controlado. Como a disposição deste tipo de preparação no Brasil se mostra muito deficiente, tem-se a necessidade de análise da situação dos discentes em questão.

A preocupação com os conhecimentos e práticas dos universitários já foi enfatizada por outros autores. O estudo realizado por Chen e Volpe (1998) nos Estados Unidos teve como objetivo analisar o nível de conhecimentos em finanças dos estudantes de algumas universidades, constatando percentual de acertos considerado baixo, e deficiências claras de preparação dos mesmos em aspectos básicos da vida financeira. Em relação às práticas, Barros e Bonatto (2010) analisaram discentes no Rio Grande do Sul, descobrindo percentual elevado de comprometimento com dívidas, assim como utilização de formas inadequadas de controle. A referida pesquisa foi reproduzida por Moraes (2013) no *Campus* Sousa da UFCG, comparando ingressantes e concluintes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, encontrando bons resultados gerais, mas como principal problema a ausência de investidores.

A principal justificativa de realização deste trabalho, no entanto, é verificar um possível diferencial privilegiado daqueles cursos que tem conteúdos financeiros dentro de sua programação disciplinar, entendidas estas disciplinas como aquelas que promovem o conhecimento de ferramentas e equações facilitadoras para o controle e operação financeira, aproveitando-se do fato de que esta situação ocorre justamente em metade dos cursos de graduação existentes no *Campus*, nos termos empresariais.

Comprovado isto, pode ser utilizado como auxílio para o desenvolvimento de formação financeira em todos eles, uma vez que comprovadamente ações são necessárias no país, e algumas das instituições que podem assumir a linha de frente neste processo são as universidades públicas. Mesmo que não haja relação direta com os objetivos do curso em si, mas propriamente como uma preparação indispensável para vida, ao qual a instituição de ensino superior também deve tomar parte. De uma forma ou de outra as pessoas vão ter que encarar a administração de suas finanças, e a falta de preparação adequada pode causar prejuízos não apenas pessoais, mas expandidos para outros círculos, inclusive profissionais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção busca esclarecer os pressupostos que fundamentam a pesquisa a partir das contribuições de estudos anteriores, ela contextualiza o problema e sua relação com o que está sendo estudado a respeito (GIL, 2002). É constituída de dois pontos principais do estudo: I – esclarece sobre os cursos de graduação existentes no CCJS e suas atribuições financeiras, se houverem; II – aborda sobre as finanças pessoais, conceituando e apresentando um processo histórico a partir de seis tópicos: consumo, poupança investimento, crédito, endividamento, educação financeira e planejamento financeiro.

2.1 Cursos do CCJS/Campus Sousa

O Centro de Ciências Jurídicas e Sociais foi criado oficialmente no ano de 1971, como Faculdade de Direito de Sousa (FDS), de administração municipal. Em 1979 foi federalizada e incorporada a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como *campus* VI. Em 2002 a UFPB foi desmembrada, com o CCJS passando a fazer parte da nascente Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Desde sua criação até o ano de 2004 apenas o Curso de Direito se fez presente em suas dependências, neste ano é incorporado Ciências Contábeis, e, no ano de 2009, se iniciam as primeiras turmas de Administração e Serviço Social. Hoje o campus detém Direito em três turnos, Serviço Social no turno matutino, e Administração e Ciências Contábeis no período noturno (UFCG, 2010).

2.1.1 Administração

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Administração do Campus Sousa (UFCG, 2010), este foi implantado através da Resolução nº 10/2008 da Câmara Superior de Ensino da UFCG, com o objetivo da formação de profissionais

que consigam tomar decisões e propor soluções que visem os resultados organizacionais, com a promoção de crescimento econômico e social com conduta ética, sendo considerado um fator importante diante das deficiências existentes na região onde está localizado.

Os componentes curriculares do curso, que está dividido em nove períodos com duração de quatro anos e meio, são classificados em quatro áreas: Conteúdos de Formação Básica, Conteúdos de Formação Profissional, Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias e Conteúdos de Formação Complementar. Na área de Conteúdos de Formação Profissional são identificadas as disciplinas Administração Financeira I e II (sexto e sétimo períodos, respectivamente), e na área Estudos Quantitativos e suas Tecnologias existe a disciplina de Matemática Financeira (segundo período), sendo esta última pré-requisito para o curso das seguintes (UFCG, 2010). São identificadas ainda disciplinas ligadas às noções de contabilidade, como Contabilidade Básica, e outras que podem ser disponibilizadas de modo optativo: Mercado de Capitais, Finanças Comportamentais, estas duas as que mais podem ser aproximadas as finanças pessoais, e Orçamento Público e Privado, todas capazes de proporcionar noções e instrumentos financeiros aos discentes.

De acordo com o documento, o objetivo da disciplina Matemática Financeira é “Apresentar e discutir, conceitos e aplicações da matemática financeira, associadas às ferramentas como HP 12C e a planilha do Excel, com intuito de analisar problemas financeiros” (UFCG, 2010, p. 48). Em Administração Financeira I é “proporcionar aos discentes conhecimentos sobre a prática reflexiva das informações produzidas pelos sistemas de informações contábeis, através da análise das demonstrações contábeis, notas explicativas e dos diversos relatórios administrativo-financeiros, proporcionando condições de avaliação do desempenho econômico-financeiro das empresas” (UFCG, 2010, p. 63). Por fim, Administração Financeira II é “Proporcionar aos discentes conhecimentos sobre avaliação de investimentos e orçamento empresarial, bem como precificação de ativos e composição de carteiras” (UFCG, 2010, p. 66).

2.1.2 Ciências Contábeis

O curso de Ciências Contábeis foi instituído no Campus Sousa da UFCG em 2004, seu Plano Pedagógico afirma que o objetivo é formar profissionais que intervenham criticamente e de forma sustentável na sociedade, empresas e Estado de forma a modificá-lo ou informá-lo sobre suas condições patrimoniais. O perfil geral do profissional afirma que este deve viabilizar os agentes a cumprir a responsabilidade de prestar contas de suas ações (UFCG, 2004).

Ciências Contábeis também é composta por nove períodos, e quatro anos e meio de duração. Seus conteúdos de formação básica são provenientes das áreas de administração, economia, direito, métodos quantitativos, matemática e estatística, teoria da contabilidade, contabilidade financeira, contabilidade gerencial, auditoria e controladoria. Proveniente da Administração existe a disciplina de Gestão Financeira (6º período), que é uma compilação dos conteúdos de Administração Financeira I e II, existentes no curso homônimo do *campus*, assim como também conta com Matemática Financeira em sua grade curricular, no segundo período. Como disciplinas optativas, também são disponibilizadas algumas relacionadas às finanças, a exemplo de Análise de Investimento e Orçamento Empresarial (UFCG, 2004).

2.1.3 Direito

O curso de Direito do CCJS é o mais antigo do Campus, sendo criado na cidade em 1971, através da Lei Municipal nº. 704, e incorporado a então UFPB em 1979, tornando-se federal e gratuito. De acordo com o seu Plano Pedagógico, tem como objetivo a formação de bacharéis para atuação na área jurídica, de acordo com as aptidões, demandas e necessidades, exercendo atividades profissionais como advocacia, magistratura, procuradorias, defensorias, etc. (UFCG, 2014).

Atualmente encontra-se nos turnos matutino, vespertino e noturno, único do Centro a estar estabelecido assim. Nos regimes matutino e vespertino conta com 10 períodos, enquanto no noturno tem 11 semestres. No último período do curso, as

turmas são divididas em duas especializações: Direito Público e Direito Penal. A análise da grade curricular no curso pode acarretar certa surpresa ao encontrar-se uma disciplina denominada Direito Financeiro (6º período), que a primeira vista inviabilizaria o enquadramento proposto pelos objetivos deste estudo, mas a citada disciplina tem em sua ementa aspectos direcionados a legalidade das práticas orçamentárias públicas, a exemplo das Leis Orçamentárias, Receita e Despesa Pública, Sistemas de Controle, Tribunais de Contas, etc. (UFCEG, 2014).

Entende-se que o enfoque de tais assuntos não é determinante para identificar-se uma ligação efetiva com os tópicos das finanças pessoais, nem que sejam capazes de despertar um olhar de consciência nos alunos perante o manejo com o próprio dinheiro, estabelecendo-se um diferencial em relação às encontradas em Administração e Ciências Contábeis, que por sua vez estudam tópicos de cunho gerencial. Desta forma, não será mudada a forma de avaliação dos discentes, com o curso de Direito permanecendo no grupo que estabelece aqueles que não dispõem de disciplinas financeiras em sua grade curricular, estando justificados os motivos pelos quais a maioria dos respondentes desta graduação indicou que já haviam cursado disciplina financeira no instrumento de pesquisa.

2.1.4 Serviço Social¹

O Bacharelado em Serviço Social foi introduzido no CCJS em 2009, sendo caracterizado por oito períodos, ou quatro anos de duração, no turno matutino. De acordo com seu Plano Pedagógico, procura formar profissionais que sejam capazes de elaborar, planejar e executar políticas sociais, entendendo e atuando nas questões sociais provenientes das contradições do sistema capitalista. O citado apresenta uma estrutura curricular dividida em quatro componentes: Básicos Obrigatórios, Complementares Obrigatórios, Optativos e Atividades Complementares Flexíveis, nos quais não existe qualquer disciplina com componentes de conotação financeira (UFCEG, 2013).

¹ O Plano Pedagógico foi solicitado a coordenação deste curso algumas vezes, mas até o momento de entrega desta estudo não havia sido enviado para o autor.

2.2 Finanças Pessoais

Esta pesquisa centra-se sobre um tema muito importante: finanças pessoais e todas as suas facetas. Cherobim e Espejo (2011, p. 1) trazem a definição das finanças pessoais como “a ciência que estuda a aplicação de conhecimentos financeiros nas decisões de uma pessoa ou família”, envolvendo tanto os eventos financeiros como a fase da vida de cada pessoa, auxiliando-o na realização de um planejamento.

Estudos das opções de financiamento, orçamento doméstico, cálculos de investimentos, gerenciamento de conta corrente, planos de aposentadoria, acompanhamento de patrimônio e acompanhamento de gastos são todos exemplos de tarefas associadas a finanças pessoais (CHEROBIM; ESPEJO, 2011, p. 1).

Em suma, envolve literalmente a vida da pessoa com seu dinheiro, suas decisões de gastos e ganhos, como controlam estas receitas e dispêndios, em que situação financeira se encontra etc. É o estudo da unidade econômica básica ou primária, mas não menos importante, pois tanto é influenciada, como suas práticas podem influenciar a economia de um país. Apesar disto, enquanto há uma grande fartura de materiais no segmento das finanças empresariais, quando se reduz sua aplicação as pessoas a existência de estudos científicos se faz em menor volume, com grande parte das obras do mercado tendo aspecto de receituário, algo que pode ser importante para a prática, mas de pouca valia para estudos acadêmicos, ou seja, existe um amplo campo a ser explorado, pelo menos em termos de Brasil.

2.2.1 Consumo

2.2.1.1 Definição

A busca pessoal pelo crédito está ligada a necessidade de consumir, esta necessidade é influenciada por fatores econômicos como o rendimento disponível, o preço dos bens, a inovação tecnológica, taxa de desemprego, taxa de inflação e taxa de juros. Um rendimento disponível mais elevado significa maior tendência para o consumo. O perfil do consumidor, por sua vez, é resultado não apenas de uma só causa, mas vários fatores exógenos e intrínsecos, variando conforme as necessidades do indivíduo, seu poder econômico, o estado social onde se encontra e o qual objetiva ascender, a região demográfica e fatores psicológicos (MARQUES, 2012). A massificação do consumo significa uma modernização e urbanização dos hábitos, além de necessidades mais complexas e em constante surgimento, tendo como consequências diretas a diminuição da poupança e uma maior procura por crédito (FRADE *et al.*, 2008).

As necessidades de consumo diferem de acordo com as fases da vida de cada indivíduo, Marques (2012) utiliza como exemplo o casamento, pois com esta mudança na situação familiar, as pessoas passam a ter necessidade de determinados bens e serviços aos quais não detinham antes. Outro determinante deste consumo é a própria sociedade, a população acaba afetada por fatores como: a moda do momento, que diz respeito às novidades lançadas; a publicidade, onde o marketing cada vez mais cria necessidades ilusórias e fomenta o consumo; a tradição, que significa o consumo incentivado por datas festivas; e o meio social, inerente onde a pessoa está inserida. Como afirma o estudo de Frade *et al.* (2003, p. 220-221) consumir contribui para a manutenção das relações sociais, categorizando os indivíduos na estrutura social e permitindo sua participação nas atividades em sociedade:

Assim, os indivíduos fazem, possuem e adquirem aquilo que é entendido como adequado fazer, ter ou comprar pelos outros com os quais o indivíduo se identifica. Não de uma forma meramente imitativa ou passiva, mas porque o comportamento dos outros constituiu um termo de comparação para o indivíduo, informando-o sobre o que deve ou não ser feito, ajudando-o a decidir. Desta forma, e pela comparação com os outros, o indivíduo percebe-se a si próprio como parte desse grupo (necessidade de pertença/afecto), aceite (necessidade de respeito) e, extensivamente, com uma autoestima positiva (necessidade de auto-respeito).

Em outro estudo, datado de 2008, os autores realizam novas considerações sobre a sociedade de consumo e sua aceitação social. Para a equipe, nos dias

atuais os indivíduos dispõem de ampla variedade de escolhas, oferecida por múltiplos formatos comerciais e com a disposição junto a si também de inúmeras formas de financiamento. O ato de consumir, então, forja uma identidade social, onde a ausência deste provoca um processo de auto exclusão, facilitando a marginalização social dos impossibilitados de imitar os comportamentos amplamente aceitos pelos seus determinados grupos (FRADE *et al.*, 2008).

Quando o consumo torna-se sinônimo de aceitação social é percebido a que nível chegou à sociedade, que já é autodenominada muito apropriadamente como “de consumo”. Atualmente a população é bombardeada com anúncios e campanhas de marketing muito elaboradas que buscam criar em seus produtos um sentimento de indispensabilidade que não existe na realidade. Praticamente hipnotizam as pessoas, criando verdadeiros zumbis consumistas que chegam a deter obsessões por determinadas marcas, e colocando-as num esforço descomunal e impensado para ter seus produtos. Um exemplo são as ditas evoluções de alguns produtos que, apesar de anunciados com muita pompa, na verdade tem pouco efeito prático na sua utilização, não passam de detalhes sem benefícios perceptíveis, mas que já é o suficiente para causarem uma verdadeira corrida por eles. Logo é possível concluir que está se criando uma sociedade alternativa que se distancia cada vez mais do mundo concreto.

Fernandes (2011, p. 97) resume a abrangência do consumo: “O consumo permite satisfazer necessidades básicas, influencia as relações sociais e chega a definir em certa medida, a imagem e a própria identidade da pessoa”. Sousa e Torralvo (2004) discorrem sobre a influência do consumo na administração financeira pessoal. Eles afirmam que quando o consumidor se depara com a possibilidade de compra de uma mercadoria, fica forçado a tomar uma decisão: efetuar a compra imediata e satisfazer um desejo ou poupar os recursos para algo posterior, em um processo complexo que depende do grau de envolvimento ou das influências psicológicas, culturais, sociais, publicitárias, etc. ao qual ele está submetido.

2.2.1.2 Consumo no Brasil

O estímulo ao crédito tem como propósito incentivar o consumo, tendo como objetivo permitir que toda uma classe que ascendeu socialmente nos anos anteriores pudesse ter oportunidades mais fáceis de adquirir produtos que não poderiam nas situações de aperto do passado, onde a economia do Brasil estava mal, sendo vista como a escapatória da crise de 2008.

Diante dos últimos anos finalmente o Brasil viu sua situação econômica transparecer de maneira favorável, mas o consumo passou de necessidade irrecusável para uma opção priorizada pela população diante de uma combinação de dois fatores: incentivo oficial diante das justificativas já apresentadas, como também uma sociedade que atrai para o consumo irresponsável, combinando-se isto com uma cultura de investimento que não é valorizada em uma população carente de conhecimentos relacionados. Cherobim e Espejo (2011) tratam como um problema cultural este comportamento financeiro que prioriza o consumo, ligando a uma visão materialista e ostentadora, ao qual se busca um patrimônio não condizente com a renda, neste sentido, recorrem ao crédito e terminam por se endividar.

2.2.2 Poupança e Investimento

2.2.2.1 Definição

Para o Banco de Portugal (2010) poupar é importante porque permite o acúmulo de riqueza e é uma resposta a situações imprevistas que possam acontecer, sendo um exemplo de boa gestão do orçamento familiar. Silva (2011) destaca o comportamento e necessidade de guardar uma parte do dinheiro como fruto do desconhecimento face a eventos futuros, existindo o temor de riscos financeiros que levam a se precaverem, ou seja, a decisão de poupança tem como preponderância a questão temporal, havendo a pessoa a decidir-se assim em vez de realizar uma necessidade imediata de consumo.

Faz-se sentido separar os significados de poupança e investimento, termos muitas vezes confundidos como iguais: poupar significa apenas guardar, separar uma parte do dinheiro, não o utilizando para o consumo, mas mantendo-o imóvel,

sem expectativa de retorno, ou seja, sem qualquer tipo de aumento. Pode ser, por exemplo, guardá-lo em um cofre. Já investir quer dizer aplicar este valor em algum produto financeiro ou físico, com o fim de se obterem retornos, aumento do valor inicial. A caderneta de poupança, apesar do nome, é um investimento, já que remunera com um percentual o valor aplicado.

Quando investe, a pessoa busca otimizar três aspectos: retorno, prazo e proteção, avaliando sua rentabilidade, liquidez e grau de risco. Existem investimentos imobiliários, quando se compra um terreno ou casa para explorar seu aluguel, por exemplo, mas que economicamente significa apenas transferência de propriedade; e os investimentos em títulos, ou produtos financeiros, mais conhecidos e diversificados (BM&FBOVESPA, 2010).

Os títulos, papéis ou aplicações representam uma riqueza financeira e podem ser de renda fixa ou variável. Nas aplicações de renda fixa têm-se como exemplo a caderneta de poupança, Certificados de Depósitos Bancários, alguns tipos de fundos de investimento, títulos públicos e privados. Neles a rentabilidade é pré-estabelecida, podendo ser taxas de juros pré ou pós-fixadas, ou acompanhantes de algum indexador, como o índice de inflação (CHEROBIM; ESPEJO, 2011). Estes tipos de aplicação são considerados mais conservadores, ou seja, nelas o investidor corre riscos pequenos de obter perdas no valor aplicado, e por ter esta segurança são muito mais populares entre as pessoas. O problema é que, por oferecem baixos riscos também costumam não proporcionar grandes rendimentos, muitas vezes com os investidores tendo uma perda real monetária, quando estes retornos não conseguem superar o índice de inflação, como é o exemplo da caderneta de poupança, meio líder de utilização pelos brasileiros:

Grande parte da população ainda opta por aplicações em caderneta de poupança, tradicional investimento do mercado brasileiro caracterizado pelo baixo risco. No entanto, a rentabilidade auferida pelas cadernetas de poupança pode ser considerada insatisfatória e chega até, muitas vezes, a ficar abaixo da inflação medida em determinado período, o que implica perda de dinheiro em termos reais (SOUSA; TORRALVO, 2004, p. 6).

Os tipos de investimentos mais conservadores costumam ser indicados para formar uma reserva de emergência, a ser utilizada na ocorrência de imprevistos, como perda de emprego ou doença, ou quando o indivíduo tem um objetivo de curto

prazo, onde não é necessário um retorno muito elevado para conquistá-lo. Cherobim e Espejo (2011) ainda alertam para o risco do emissor não arcar com o compromisso que tem com o investidor, por isto é importante a escolha de papéis provenientes de fontes confiáveis, como grandes instituições financeiras ou o próprio governo, no caso de títulos públicos.

A renda variável, mais arriscada, está atrelada ao desempenho de uma empresa ou carteira de investimento, e não garantem a rentabilidade (CHEROBIM; ESPEJO, 2011), dependem de toda uma conjuntura de fatores políticos, econômicos, ambientais que podem, numa tendência favorável, garantir grandes retornos ao investidor, mas na ocorrência de algo ruim para aquele setor, pode resultar em perdas substanciais. Seus principais exemplos são as ações e os fundos de ações. É um tipo de investimento que exige maior astúcia e estudo, e, se possível, um bom assessoramento de uma corretora. Quando compra ações de determinada empresa, a pessoa passa a ser coproprietária da mesma, passando a depender do que ocorre em tudo que é ligado a sua atuação, interesse e influência.

Por todos estes fatores a renda variável chega até há ser temida pelo investidor comum, de tendência conservadora, que tem várias restrições a toda a instabilidade que está sujeita este tipo de aplicação. São investimentos indicados para o longo prazo, para quem não tem pressa de obter retornos e sabe aguardar, obtendo também paciência ao se deparar com alguns momentos de perdas. Conforme Cherobim e Espejo (2011), quanto mais jovem mais se deve buscar alternativas arriscadas de investimentos, adotando uma postura arrojada, pois na ocorrência de perdas o tempo torna-se um fator favorável.

Como quem realiza um planejamento geralmente têm objetivos tanto de longo como de curto prazo, além de ser indicado, independente do perfil, sempre ter reservas para situações imprevisíveis a fim de que não se busque recursos em outras fontes com destinações certas, é indicado que se mescle o dinheiro aplicado entre a renda fixa e a renda variável, neste caso, os fatores determinantes e o nível de tolerância ao risco somente influem nas porcentagens aplicadas em cada tipo de investimento. A diversificação também é um fator que reduz o risco do tipo não sistemático, ou seja, inerentes aos diversos tipos de investimentos em si, na medida em que os ganhos de uns compensam as perdas de outros (ASSAF NETO, 2010).

Em outras palavras, numa estratégia de diversificação, os investimentos arriscados são utilizados com o intuito de obterem-se ganhos, retornos, enquanto os

conservadores servem como retaguarda, atuando na proteção do patrimônio já investido. Alguns produtos atuam diretamente neste “meio termo”, como os chamados fundos multimercados.

2.2.2.2 Investimento no Brasil

No Brasil, pode-se dizer que o processo histórico mostra uma cultura de investimento não desenvolvida, estimulada e democratizada, devido a aspectos estruturais e econômicos. Há começar, o mercado de capitais no país só começou a ser estruturado na década de 1960 com a Lei de Modernização do Mercado de Capitais e a criação de uma instituição reguladora e fiscalizadora, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Antes disto era obscuro, mal organizado e fiscalizado, especulativo, instável e suscetível a crises (MELLO, 2008).

Na economia existia um quadro de inflação crescente, e a chamada Lei da Usura, que limitava a taxa de juros a 12% ao ano, ambos aspectos que desestimulavam tanto quem pretendia aplicar, como o próprio desenvolvimento do mercado. Até este momento os brasileiros preferiam investir em ativos reais, ou seja, os imóveis (PORTAL DO INVESTIDOR, 2014). Os investimentos em si também não eram considerados vantajosos devido às altas constantes e rápidas dos bens de consumo, assim a prioridade das famílias era consumir antes que a cesta básica ficasse mais cara, além de que guardar dinheiro certamente significava ficar mais pobre a cada dia, com a perda de valor monetário.

Como em relação a outros aspectos das finanças pessoais, as mudanças só começaram a ocorrer, ou a serem exigidas a partir dos anos de 1990, com o advento do Plano Real, que estabilizou a inflação e inseriu a economia brasileira na globalização. A chegada de capital estrangeiro foi essencial para o desenvolvimento e amadurecimento do mercado nacional (MELLO, 2008). A partir deste momento, além da situação passar a ficar favorável, com ganhos reais para quem decidia aplicar, as opções se multiplicaram e se democratizaram, com a criação de diversos novos produtos acessíveis aos mais diversos perfis. Toda uma parcela da população, que neste processo também melhorou sua renda e ascendeu à classe

média, que se via alijada da possibilidade de investir, passou a estar incluída também no mercado financeiro.

Com um desenvolvimento recente, e um mercado que prioriza o endividamento, se faz necessário ainda empreender uma cultura investidora nos brasileiros, o estudo de Costa Júnior e Lemenhe (2013) com parte da população a ser abordada nesta pesquisa, estudantes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da CCJS/Campus Sousa, demonstra isto: 61,7% dos pesquisados não tinham investimentos, e, da parcela de 38,3% que dizia investir, a absoluta maioria era em caderneta de poupança, sendo 83,3% de modo único, e impressionantes 92,2% na combinação com outros tipos de investimento. A parcela de investidores era minoritária, e os que investiam se mostraram muito conservadores.

Matta (2007) deixa claro que é necessário a população ser instruída sobre oportunidades de investimento, da realização da poupança e planejamento para aposentadoria, este último também um tipo de investimento. Hoje quem quer ter mais tranquilidade no momento que deixa de trabalhar tem de buscar um plano de previdência complementar, já que, como destaca Cherobim e Espejo (2011), o Estado paternalista, que provém todas as necessidades, não existe mais, exigindo mudança de atitude por parte das pessoas.

Tanto poupar como investir são consideradas indicações de planejamento financeiro, ou pelo menos de boa situação financeira, já que está restando dinheiro para ser guardado, principalmente quando a pessoa a faz de forma constante, e não esporádica. É a possibilidade de se obter ganhos extras e aumento de patrimônio, muitas vezes contribuindo para a consecução de algum objetivo individual, ou, no mínimo, de se ter uma reserva para situações de emergência. Logo, quando não se aplica de nenhuma forma, é sinal de problemas financeiros, como o endividamento, que devem ser investigados e revertidos.

2.2.3 Crédito

2.2.3.1 Definição

Silva (2011) define a concessão de crédito como o empréstimo de dinheiro em um determinado momento mediante a promessa de pagamento no futuro, tendo como recompensa o pagamento de juros referente a este período. A maior parte do crédito pessoal é destinada para aquisição de habitação própria ou para o consumo de bens e serviços variados (MARQUES, 2012). Os benefícios do crédito são evidentes, Tonato (2012) afirma que ele facilita e antecipa transações e a aquisição de bens, sejam necessários ou apenas prazerosos, o que cria uma sujeição no tempo às obrigações assumidas.

Além disso, é através do crédito que os consumidores conseguem melhorar a interface temporal entre o rendimento e a despesa e ajustar os ciclos de rendas aos ciclos de necessidades. Ao mesmo tempo, além do efeito positivo que produz na melhoria do conforto e da qualidade de vida das famílias, o crédito torna-se um instrumento ao serviço do desenvolvimento económico das próprias sociedades (FRADE *et al.*, 2008, p. 6).

O mesmo estudo garante que o crédito representa a oportunidade de participação no mercado ou ascensão ao grupo social desejado, sendo um fator de inclusão social, a privação do crédito pode assim significar consequências negativas mercadológicas e no âmbito das relações sociais (FRADE *et al.*, 2008). Por outro lado, como mostrado por Ruberto *et al.* (2013), maior nível de crédito disponibilizado significa mais facilidade para se contrair dívidas, aumentando tanto o nível de endividamento como o de inadimplência.

Ao se falar de crédito é possível entender como o endividamento pode ser uma consequência do desenvolvimento económico e também uma causa de crescimento da economia, e, por isto, de ser constantemente estimulado pelo governo, o que pode realmente trazer benefícios, mas que também desencadeia graves problemas financeiros, principalmente quando isto é feito em um país despreparado. Quando o incentivo ao crédito é excessivamente estimulado, ou pelo menos não inibido, passa de solução a problema, podendo atingir uma larga escala, tornando-se praticamente incontrolável e afetando a economia de um país inteiro, podendo até desencadear uma grave crise de incidências mundiais, como relatado por Silva (2011).

O autor resume a crise americana que acabou com a falência de algumas instituições financeiras internacionais, afirmando que com a baixa dos juros e alta

liquidez, os americanos tomaram crédito para comprar imóveis ou refinar suas hipotecas, mesmo os que já tinham casa própria. Com os imóveis valorizados, quem não conseguia honrar os compromissos obtinha novos empréstimos dando o mesmo bem como garantia, mostrando uma ideia de como o crédito havia se expandido a uma situação bastante perigosa, havendo então a formação de uma bolha especulativa. Quando finalmente as taxas subiram e os preços caíram, houve inadimplência sistêmica que acabou por revelar a irresponsabilidade destas instituições na concessão dos empréstimos, estimuladas por normas de regulação frouxas que tiveram de serem revistas após o estrago feito (SILVA, 2011).

2.2.3.2 Crédito no Brasil

Curiosamente, o crédito que foi causa da crise de 2008 nos Estados Unidos, foi utilizado como antídoto que evitou que maiores consequências desta atingissem o Brasil. Através da redução de impostos, foi estimulada e expandida a oportunidade de consumo de bens duráveis como eletrodomésticos e automóveis por classes mais baixas. Muitas tiveram pela primeira vez a possibilidade de financiar a compra destes produtos. Mas este é só mais um capítulo, a expansão das oportunidades de crédito detém raízes mais profundas, sendo um processo anterior a 2008 e que vai mais além do que a crise econômica.

No cenário brasileiro, os produtos creditícios, com seus benefícios, como a expansão das oportunidades de consumo, ou mesmo seus problemas, historicamente estiveram restritos as parcelas mais abastadas da população, como resultado das altas taxas de juros praticadas, ou da dificuldade de aprovação de crédito para os consumidores de baixa renda, restringindo o poder de consumo destes (PONCHIO, 2006). Evidentemente estas discrepâncias diminuíram nos últimos anos, principalmente devido à estabilidade e crescimento econômico, e do desenvolvimento do setor financeiro brasileiro. Sousa e Torralvo (2004) mostram que após o Plano Real existiu um novo incentivo ao consumo, que cresceu com a estabilidade da economia e a paridade inicial entre o real e o dólar, ainda que o Brasil tenha sido afetado por algumas crises externas.

Nos últimos 10 anos a economia brasileira cresceu e tornou-se ainda mais forte e diversificada, com a população sendo incentivada a consumir e a se endividar, o processo culminou então em uma massificação do crédito, Silva (2011) afirma que sua utilização ultrapassou muito a necessidade de importância de antes, fazendo parte do cotidiano da população adulta e financeiramente ativa. O crédito passou a ser usado para a compra de produtos, financiamento de automóveis ou da casa própria, empréstimo bancário pessoal ou limite do cheque especial, com um processo incentivado pelo próprio Governo Federal, que incapaz de realizar sozinho os investimentos propulsores da economia, passou a procurar aumentar a oferta de crédito para incentivar o consumo e assim crescer a produção, no entanto não é uma medida totalmente eficaz na busca pela geração de empregos e elevação da renda, fazendo com que a população avance com ímpeto para o crédito fácil, causando endividamento e inadimplência (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

É uma situação de incidência mundial, tendo afetado países ricos já em período anterior por estes terem sistemas financeiros desenvolvidos há mais tempo. Como lembram Frade *et al.* (2008), o crescimento do endividamento nos últimos 20 anos em países europeus e nos Estados Unidos tem como causa a expansão do crédito para o consumo, que deixou de ser privilégio das elites, tornando-se fonte de financiamento de despesas dos mais diversos estratos socioeconômicos.

2.2.4 Endividamento

2.2.4.1 Definição

O endividamento pode ser caracterizado como o saldo devedor de um indivíduo ou agregado familiar, podendo ter origens diversas e ser apenas um compromisso de crédito ou vários, onde se caracteriza o sobre endividamento. Quando as dívidas não são pagas no momento prometido existe então a inadimplência, que pode ser definitiva quando ocorrem possibilidades de negociação ou há uma ação judicial. (FRADE *et al.*, 2003).

Guttman e Plihon (2008) esclarecem que o endividamento provoca a facilitação dos gastos, pois o consumo é garantido ainda que a renda familiar fique estagnada, ou seja, os gastos são descasados dos limites da renda. É necessário constatar que este não é necessariamente negativo ou traz prejuízo as pessoas em todos os casos, é preciso imaginar que diante de vários objetivos que se tem no decorrer da vida, em pouquíssimos casos se consegue atingir eles sem recorrer há algum tipo de endividamento, seja para a compra do carro, casa própria, montagem de um negócio, etc., nestes casos, o diferencial se faz com a existência de um processo planejado e controlado constantemente. Conforme Marques (2012), o endividamento é um instrumento utilizado como estratégia de consumo em um momento de crescimento econômico, para esta autora o problema só acontece nos casos de incumprimento das obrigações de saldar as dívidas. Para Cherobim e Espejo (2011) as dívidas não são problemas enquanto elas são proporcionais ao orçamento familiar, possibilitando uma vida de maior conforto, mas que esta situação muda quando elas não são pagas ou quando consomem grande parte dos rendimentos.

O endividamento que foge ao controle ou ao desejo das pessoas, por outro lado, pode ser bastante prejudicial, sendo apontado como uma das principais consequências da ausência de formação financeira adequada, mas com suas causas em si sendo variadas. Vários trabalhos do campo da psicologia econômica, por exemplo, trazem a propensão psicológica para o endividamento (MOREIRA, 2002; MOURA *et al.*, 2006; PONCHIO, 2006; SILVA, 2011). Neste caso é irrelevante se o indivíduo ganha apenas um salário mínimo ou remuneração de alto padrão, questões relacionadas à saúde impedem que este detenha controle e aja sob impulso irracional em situações de consumo, não se levando em conta quaisquer restrições financeiras que houver.

Muitas vezes o impulso de consumo que leva ao endividamento também é consequência de disfunções sociais, onde é visto pelas pessoas como uma espécie de remédio ou resposta a problemas de relacionamento ou dificuldades de socialização, um meio de sustentação da autoestima pessoal, assumindo a lacuna deixada por outros aspectos normais existentes na vida. Por fim, há de se considerar os aspectos econômicos, onde os níveis individuais de conhecimentos financeiros são totalmente determinantes, agindo como causadores de uma vida mais racional,

planejada, saudável, mesmo em face de situações inesperadas, como o desemprego, divórcio, doenças, etc.

É um processo que, independente da causa, quando se torna efetivo pode ter consequências graves para as pessoas, Zerrenner (2007) resume os malefícios causados pela situação, indicando que os endividados passam a serem mais vulneráveis a incidentes, como separação, desemprego e problemas de saúde, onde qualquer um destes pode levá-lo ao caminho da inadimplência. Um aumento da porcentagem de dívidas faz as pessoas terem um esforço cada vez maior para se manterem “em dia”, tendo de apertar o orçamento em outras classes de gastos, muitas vezes essenciais, sendo obrigadas a reduzir seu nível de vida e a renunciarem a objetivos traçados, em um dado momento nem isto torna-se mais eficaz, obrigando-as a deixar de quitarem alguns vencimentos em prol de continuarem com uma vida digna.

Esta situação mais grave ocorre no chamado sobre endividamento, onde nota-se inclusive uma maior preocupação dos órgãos públicos quando isto se sucede. O problema é definido por Frade *et al.* (2003) como a impossibilidade dos consumidores cumprirem as obrigações financeiras assumidas. O estudo afirma que é chamado de sobre endividamento passivo quando resultante de diminuição dos rendimentos, ou ainda pode ser ativo, quando o consumo ultrapassa os rendimentos familiares, havendo uma má gestão do orçamento. Algumas vezes o sobre endividado ainda pode cumprir seus compromissos com pontualidade, como resultado da ajuda de amigos ou da família, as chamadas redes informais de solidariedade, portanto, sobre endividamento e inadimplência nem sempre são coincidentes.

Para Tonato (2012), o sobre endividamento se instaura quando o consumidor perde a capacidade para fazer frente às obrigações, comprometendo recursos que deveriam ser destinados ao “mínimo existencial”, afirmando, acerca de sua gravidade, que quando este problema se generaliza, pode ter como consequências a implosão da organização social, das instituições, etc., pois a retirada do mínimo necessário de muitas pessoas implica na colocação delas em estado de necessidade. As suas consequências vão além das questões puramente financeiras, transformando-se em um drama familiar, pois os indivíduos com problemas financeiros graves acabam por passar também por crises nas relações familiares,

sociais e profissionais (FRADE *et al.*, 2003). Frade *et al.* (2008, p. 9) resume os malefícios do problema:

A desestruturação familiar, os impactos sobre a saúde física e mental e a exclusão dos indivíduos da vida comunitária e da produção de riqueza torna o sobreendividamento muito mais do que um problema de risco financeiro. Ele é sobretudo um risco social que, pela gravidade dos seus impactos individuais, necessita de ser prevenido e tratado de forma integrada e global.

2.2.4.2 Endividamento no Brasil

Sobre a situação atual do endividamento no Brasil, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), promovida pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e que mede mensalmente o nível de endividamento das famílias brasileiras, constatou em maio de 2014 que consideráveis 62,7% destas possuíam dívidas, o que representava um aumento de 0,4% em relação ao mês anterior. O percentual de famílias com dívidas em atraso era de 20,9% e as que não tinham condições de pagá-las representavam 6,8%, denotando que os dois últimos índices apresentaram pequenas quedas com relação a abril. Quando se consideram apenas as famílias que ganham no máximo 10 salários mínimos, que obviamente são maioria no país e teoricamente encontram mais dificuldades no controle de seus gastos, este índice chega a 64,1%, 23,3% e 8%, respectivamente.

A pesquisa ainda apresenta 12,2% das famílias se considerando como “muito endividadas”, com 23,5% se definindo como “mais ou menos endividadas” e 27% denominando-se “pouco endividadas”. O tempo médio das contas em atraso foi de 59,4 dias, de comprometimento com dívidas foi de 7 meses e a parcela média da renda comprometida foi de 30,5%. Vale destacar ainda que 21,1% apresentam mais da metade da renda comprometida, um índice considerado muito alto. Por último e importante, se vê que 75,3% das famílias endividadas tem compromissos com cartão de crédito, sendo 76,4% nas que ganham até 10 salários mínimos, índice muito superior a qualquer outro tipo de meio, já que o segundo que aparece, carnê, tem 18,4% (CNC, 2014).

É possível notar como o cartão de crédito tem influência concreta e preponderante sobre o endividamento nos dias atuais. Existem estudos que comprovam um viés psicológico que este meio de pagamento exerce sobre as pessoas, aumentando a possibilidade de descontrole. O “dinheiro de plástico” já é extremamente popular no país, e tem cada vez mais espaço para crescimento, onde é um meio muito usado pela nova classe média. Os efeitos negativos do cartão de crédito são mais visíveis dentre os jovens e pessoas com problemas de compulsividade. Donadio, Campanário e Rangel (2012) afirmam que muitas pessoas tem uma percepção mais abstrata do cartão de crédito em relação ao dinheiro, o que dificulta o entendimento do papel negativo que este provoca sobre as finanças pessoais, e de sua preponderância dentro do endividamento.

De acordo com Zerrenner (2007), o uso do cartão causa uma dissonância cognitiva, pelo fato de não haver pagamento a vista e sim apenas dias depois com a chegada da fatura, onde os clientes não sentem este peso em sua consciência, algo que acontece com o uso do dinheiro comum. Ainda há a possibilidade de um pagamento mínimo da fatura, caso que, quando acontece, está muito associado ao início do descontrole nos gastos, já que existe um acúmulo de dívida associado aos juros incidentes, que no Brasil são extremamente altos quando comparados a outros países: a taxa de crédito rotativo chega a 280% ao ano (JORNAL NACIONAL, 2014).

Ruberto *et al.* (2013) apresentam uma comparação entre maio de 2009 a maio de 2012, onde o endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional cresceu 30%, e tem como causas principais o incentivo governamental a habitação, redução de taxas de juros e redução do IPI. Este último implicou no aumento do financiamento de veículos, modalidade que fez crescer a inadimplência no último período estudado. São dados que exemplificam o risco que o “patrocínio oficial ao endividamento” traz consigo no seu intuito de aquecer e estimular a economia.

Os autores identificaram uma relação positiva entre o PIB (Produto Interno Bruto) e o endividamento, o que implica que o crescimento do primeiro leva ao crescimento do segundo, logo se justifica porque o governo basicamente utiliza medidas de estímulo ao consumo para alavancar a economia, ou seja, o PIB interno. Linha de ação que funciona, mas também acaba em um aumento dos endividados. Há ainda a constatação do impacto do endividamento anterior no endividamento

atual das famílias, ou seja, os endividados do passado tendem a tornarem-se mais endividados no presente, onde pode surgir como consequência negativa a inadimplência.

2.2.5 Educação Financeira

2.2.5.1 Definição

O termo educação financeira pode ser conceituado como o processo de transmissão de conhecimento que permite aos indivíduos o desenvolvimento de habilidades inerentes a uma tomada de decisão fundamentada e segura, melhorando o gerenciamento das finanças pessoais, fazendo-os mais integrados na sociedade, mais atuantes no âmbito financeiro e ampliando o bem-estar (SAVOIA, SAITO E SANTANA, 2007).

Saito (2007) a define como o processo de transmissão de conhecimento que permite o aprimoramento da capacidade financeira com, dentre outros benefícios, uma postura proativa na busca pelo bem estar. Matta (2007) conceitua como o conjunto de informações que auxilia as pessoas a lidarem com a renda, gestão do dinheiro, gastos e empréstimos, poupanças e investimentos de curto e longo prazo. Fernandes (2011) complementa, esclarecendo que educação financeira se refere também à gerência de um negócio, o conhecimento do sistema fiscal e da política orçamentária do país onde a pessoa reside, fazendo-se um processo contínuo de aprendizagem durante a vida, incentivada pelas inovações tecnológicas e o surgimento de novos produtos financeiros.

Marques (2012) explica que a educação financeira proporciona que as pessoas tomem decisões suficientemente baseadas sobre os aspectos relacionados à sua situação financeira, como questões referentes à gestão do orçamento familiar, planejamento das despesas, pagamento das contas e escolha adequada de produtos financeiros, como os relacionados à poupança e financiamento. Para esta autora, o conhecimento financeiro é urgentemente necessário para sensibilizar os consumidores sobre o que diz respeito ao consumo supérfluo e suas consequências,

fazendo com que eles reajam às campanhas de marketing agressivas das instituições financeiras.

Matta (2007) complementa, afirmando que a divulgação de informações financeiras faz com que as pessoas deixem de serem vítimas do sistema financeiro, passando a ser beneficiárias, não importando qual porte monetário possuam. É necessário que os consumidores tenham confiança e capacidade para atuar com o dinheiro adequadamente, principalmente diante de mercados onde existem cada vez mais produtos e serviços sofisticados e de difícil compreensão, tendo de se confrontar com a responsabilidade de suas decisões (FERNANDES, 2011).

Para Zerrenner (2007) a conscientização da população sobre os benefícios da educação financeira se faz necessária para que estas entendam todas as variáveis envolvidas e assim permita um processo de tomada de decisão eficiente. A autora afirma que a importância desta se faz pela perspectiva do bem estar pessoal, onde sua falta implica em desorganização das contas domésticas e a inclusão do nome em sistemas de proteção ao crédito, que limitam o consumo e a carreira profissional; há também a perspectiva coletiva, mais grave, que culmina na sobrecarga dos serviços públicos, demandando políticas públicas visando à correção destes desequilíbrios.

De acordo com Matta (2007), o analfabetismo financeiro faz das pessoas mais suscetíveis ao endividamento, privando parte de suas rendas para o pagamento de juros as instituições de crédito, dinheiro este que poderia ser usado para consumir produtos que satisfariam suas necessidades, com isto sendo agravado em países onde as taxas de juros são altas, como o Brasil.

2.2.5.2 Educação Financeira no Brasil

Bem elucidado o conceito e importância da educação financeira, vários estudos abordam sobre como esta é tratada, incentivada e praticada aqui no Brasil, com a situação unanimemente não sendo considerada satisfatória. Savoia, Saito e Santana (2007) publicaram um artigo visando avaliar este processo e a comparação com o que vem ocorrendo em outros países.

No geral, os autores identificam que a educação financeira no Brasil está com estágio de desenvolvimento inferior a países como Estados Unidos e Inglaterra. Mais de 70% dos bancos americanos tem programas de educação financeira, e ela é ministrada obrigatoriamente nos currículos escolares de alguns estados. No Reino Unido ela é facultativa, mas há um alto envolvimento e estímulo por parte dos setores da sociedade. Os autores citam diferenças históricas, culturais, além de responsabilidade das instituições cabíveis, seja do setor público ou privado, para explicar as disparidades nos estágios de desenvolvimento entre as nações.

Sobre isto, Saito (2007) destaca que o mundo atual está em processo de reconhecimento da necessidade de aprimoramento no nível de capacidade financeira dos indivíduos para estímulo do bem-estar social e crescimento econômico sustentável, mas a diferença nos níveis de desenvolvimento desta mentalidade financeira e de sua aplicação no ensino formal entre os países está associada ao contexto histórico das prioridades nacionais. Países do Leste Europeu e da América Latina, incluindo o Brasil, ainda se encontram em ritmo de inserção incipiente, pois sofreram com instabilidade econômica, política e social, onde justamente as prioridades dos países precisaram ser focadas em outros assuntos.

Fernandes (2011) destaca o papel adotado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), uma das mais influentes e importantes associações de países, com 34 membros, a grande maioria países desenvolvidos, ao qual o Brasil não faz parte. Ela aponta o projeto lançado em 2003 que procura combater os efeitos adversos dos baixos níveis de educação financeira em seus membros, contemplando estudos relacionados, recomendações de boas práticas e dois programas, denominados *International Network on Financial Educacion* (INFE) e *International Gateway on Financial Educacion* (IGFE):

O INFE é uma rede internacional que tem como objectivos principais promover a consciência para a importância da educação financeira a nível mundial, trocar pontos de vista e informações sobre programas que estão a ser realizados nos vários países membros e discutir o trabalho que vai sendo desenvolvido com o objectivo de aumentar a inclusão financeira dos consumidores. Por sua vez, o IGFE é um portal internacional de educação financeira onde podem ser encontrados vários artigos destinados a aumentar a literacia financeira dos consumidores e oferece ligações sites e programas de educação financeira existentes nos países membros da OCDE (FERNANDES, 2011, p. 13).

Fernandes (2011) afirma que nos países em desenvolvimento a educação financeira está ligada principalmente ao acesso a serviços financeiros, falta de conhecimento em questões sobre dinheiro e ideias erradas a respeito do papel dos bancos, citando a associação bancária WSBI (*World Saving Banks Institute*), que sugere a disponibilidade de informações sobre questões básicas relacionadas ao dinheiro e sobre o benefício de uma relação formal com as instituições bancárias.

As décadas de 1970, 1980, e primeira metade dos anos 1990 reservaram ao Brasil grave crise econômica que, além de estabelecer prioridades mais urgentes, ainda não implicava em tanta necessidade de instrução financeira: os produtos eram escassos e pouco vantajosos, o sistema era frágil e atrasado e a maioria da população marginalizada do mercado. Nos últimos anos, e principalmente após a implantação do Plano Real, a situação começou a mudar, e o Brasil entrou no mesmo ciclo do sistema financeiro internacional. Estabilizado economicamente, com perspectivas positivas e a par do desenvolvimento tecnológico global, o sistema se desenvolveu, passou a incluir mais pessoas com a diversificação de produtos e agora também exige mais da população, que ainda hoje necessita do suporte e preparação necessários.

Matta (2007) compartilha deste pensamento, afirmando que a estabilidade do Plano Real trouxe a necessidade de mudança na relação entre os brasileiros com os seus recursos financeiros. Distintamente da época de alta inflação, eles estão experimentando o desenvolvimento do sistema financeiro nacional, onde os avanços tecnológicos vem propiciando uma redução dos custos dos serviços financeiros e fomentam a proliferação de novos tipos de créditos e investimentos disponíveis. Tornou-se aconselhável então o conhecimento do funcionamento de economia e de seu impacto no planejamento individual, tornando possível a administração dos bens e rendimentos.

Nos Estados Unidos, problemas causados pela má administração das finanças domésticas incentivaram um processo de implementação de programas a população desde a escola primária (ZERRENNER, 2007), já em relação ao Brasil, em termos educacionais não existe preocupação explícita do MEC em inserir aulas de gestão financeira na grade curricular obrigatória, nem há participação efetiva das universidades, onde os tópicos financeiros abordados parecem restritos aos cursos que tem relação com finanças, a exemplo de Administração e Ciências Contábeis.

Existem ações, programas, materiais e informações disponíveis por instituições como Banco Central do Brasil (Bacen), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Serasa Experian, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), Associação Nacional de Previdência Privada (Anapp), além de alguns eventos e da mídia em geral (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Ainda não é algo suficientemente abrangente para proporcionar benefícios e atingir a população leiga em geral, embora as possibilidades de acesso a estas informações aumentem cada vez mais com a popularização da internet. Matta (2007, p. 68) sentencia que “não há no país, de forma organizada e efetiva, preocupação na divulgação de informações sobre finanças pessoais de modo a auxiliar os brasileiros no gerenciamento de suas finanças”. Ele ainda ressalta a existência de um mercado privado da educação financeira com inúmeros produtos, como livros, cursos, palestras, etc. Este mercado não é despercebido, pelo contrário, existe grande variedade e uma divulgação interessante destes nos meios de venda, com vários dos títulos e autores angariando sucesso dentro do país. Isto acontece justamente para preencher a lacuna deixada pelo poder público. Existem pontos positivos, principalmente pela observação de muitos brasileiros interessados em finanças, e que dispõem de material especializado no tema, mas parte dele tem com finalidade apenas vender produtos e falsos milagres, sem interesse de educar, além de muitas vezes se restringirem a uma pequena parte da população com maior poder aquisitivo. Tornam-se mais um problema na já deficiente oferta de informações existente.

Existe a necessidade e urgência de ações mais eficazes, diante de uma distribuição de renda desequilibrada e a escassez de recursos para a maioria das famílias. Sendo necessária maior coordenação de esforços por parte do setor privado e participação efetiva do setor público por meio de escolas e universidades, num engajamento para consolidação da educação financeira. Como ações sugeridas, estão: incentivar a cultura de poupança; inserir a educação financeira em todos os níveis de ensino; desenvolver os conceitos de crédito, investimento e consumo por meio dos setores público e privado; promover a coordenação de

esforços entre governo e sociedade e monitorar a qualidade dos programas (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Donadio, Campanário e Rangel (2012, p. 85) também alertam para a necessidade de iniciação da população brasileira em tópicos de educação financeira, e, baseado em exemplos recentes, nas consequências graves caso não existam ações suficientemente abrangentes que consigam reverter o crescimento do endividamento irresponsável:

Os dados são preocupantes e levam a crer que, a menos que medidas sérias sejam tomadas no sentido da conscientização e alfabetização financeira da população brasileira, a vulnerabilidade do consumidor e sua propensão ao endividamento tenderão a crescer mais e mais, podendo levar a graves consequências, tanto no âmbito pessoal e familiar do cidadão, como também no âmbito da sociedade como um todo, caso esses fatos realmente desencadeiem uma crise de crédito no país, semelhante à ocorrida em 2008 nos Estados Unidos.

O Estado deve assumir seu papel na defesa dos interesses sociais, sendo parte ativa na criação, divulgação, armazenamento, disseminação e acesso a informação sobre finanças pessoais, também promovendo ações de fomento e incentivo as demais organizações que queiram contribuir para o processo. Ele não pode se omitir da responsabilidade, pois tem como compromisso zelar pelo bem estar da população (MATTA, 2007).

Estão claras as necessidades de maior engajamento no desenvolvimento da educação financeira no Brasil, onde as ações estão muito aquém do que pode ser considerado ideal, em um momento que a população necessita cada vez mais, diante dos apelos e facilidades do mercado atual. Muitas pessoas sucumbem financeiramente, tanto em questões das finanças individuais e caseiras, quanto mesmo relacionado às atividades profissionais, que não escapam da falta de *expertise* destes indivíduos. Um dos raros programas de educação financeira provenientes de um órgão público, como assim é citado no próprio trabalho, é alvo de estudo de Matta (2007). Trata-se do Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil (PEF-BC), criado em 2003 com o objetivo de unificar, consolidar e desenvolver as ações de instrução financeira promovidas pela instituição, englobando informações e produtos online, cartilhas, palestras, cursos, etc. em benefício da população.

Zerrenner (2007) propõe a transformação da educação financeira em disciplina obrigatória no ensino público, neste caso sendo voltada para a preparação dos jovens financeiramente contra imprevistos, estimulando-os a realizar planejamento e assim impedir que tenham problemas na vida adulta. Outra vantagem vista é que as crianças e jovens que recebessem este tipo de instrução certamente seriam multiplicadores deste conhecimento, atuando como transformadores do meio ao seu redor.

Por fim, apesar de todos os benefícios citados anteriormente, a efetividade dos programas de educação financeira é contestada e diversas vezes posta à prova. Fernandes (2011, p.92-93) resume os aspectos que podem limitar as iniciativas:

Existência de outros factores que condicionam os comportamentos e as decisões financeiras;

Ausência de consenso na medição e definição do conceito de literacia financeira;

Definição pouco clara daquilo que se entende por boas e más decisões financeiras;

As incertezas na definição e medição de literacia financeira são um obstáculo nos países de baixos rendimentos

Interesses comerciais dos bancos;

Existência de outros factores que influenciam o comportamento da poupança;

Surgimento constante de novos produtos financeiros;

Excesso de confiança por parte dos investidores.

Portanto, se deve estar atento sobre a existência destes fatores que podem enviesar e prejudicar os resultados de ações que possam vir a ser adotadas, garantindo o cumprimento dos objetivos almejados e trazendo um real benefício à população. Os principais meios de evitar-se ao máximo a ocorrência das situações ordenadas é realizar um planejamento que seja exclusivamente de interesse público, afastando-se completamente de quaisquer agentes econômicos terceiros, e também priorizando um acompanhamento do mercado constante, a fim de se atualizar simultaneamente a este, por fim, o objetivo não deve ser formar indivíduos financeiramente perfeitos, algo obviamente impossível e que não deve ser utilizado

como parâmetro de resultados, mas sim prevenidos para situações reais que vão enfrentar durante a vida, o que é o objetivo de qualquer ensinamento prático.

2.2.5.3 Estudo de Chen e Volpe (1998)

Para a parte da pesquisa que mede o nível de conhecimentos financeiros dos discentes, foi utilizado como base parte do questionário que Chen e Volpe (1998) aplicaram com universitários americanos, em estudo bastante reconhecido que alertou sobre o problema de deficiência de educação financeira com este segmento da população.

O estudo de Chen e Volpe (1998) foi realizado através de um questionário abrangente de 52 questões, abordando aspectos sobre conhecimento geral, poupança, empréstimos, seguros e investimentos. Os acertos foram agrupados em três categorias: nível elevado de conhecimento (mais de 80%); nível médio de conhecimento (60 a 79%); nível baixo de conhecimento (inferior a 60%). A amostra foi dividida em dois grupos, um com os estudantes de relativamente mais conhecimento e outro de relativamente menos conhecimento. Os questionários foram enviados para 1800 estudantes de 14 universidades, a taxa de resposta foi de 51,33%, compreendendo 924 estudantes.

A porcentagem média geral de respostas corretas foi de 52,87%, o que sugeriram um conhecimento inadequado em termos de finanças pessoais, tais resultados foram explicados em parte pela falta de ensino sobre finanças pessoais nos currículos universitários, e em parte pelo caráter jovem da maioria dos alunos, ciclo precoce da vida financeira onde os dispêndios financeiros são direcionados ao consumo: “Esses fatores podem explicar as diferenças nos percentuais médios de respostas corretas para as seções de Conhecimentos Gerais (63,70 %), Poupança e Empréstimos (54,47 %), Seguro (59,24 %) e Investimento (40,37 %)” (CHEN E VOLPE, 1998, p. 114).

Os resultados também mostraram diferenças entre diferentes classes estudantis. Mostraram-se superiores os alunos de pós-graduação, do sexo masculino, brancos, americanos, subgrupos de 23 a 29 anos e de 40 anos ou mais, com maior experiência de trabalho. Na comparação entre as práticas e opiniões

financeiras entre o grupo de mais conhecimento (1) e o de menos conhecimento (2) foram identificados os resultados da tabela 1:

Tabela 1 – Comparação entre opiniões e práticas financeiras

OPINIÕES E PRÁTICAS FINANCEIRAS		
QUESTÃO	GRUPO 1	GRUPO 2
Manter registros financeiros é importante (concordância)	95,00%	92,00%
Mantém registros detalhados?	45,60%	29,00%
Não mantém nenhum tipo de registro	5,40%	25,00%
Gastam menos que sua renda	96,10%	81,30%
Situação hipotética de gasto (opção correta)	89,00%	68,30%
É importante manter um planejamento e programa de investimento regular (concordância)	89,40%	72,20%
Situação hipotética de investimento (opção correta)	80,00%	51,00%

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Chen e Volpe (1998).

Através destes resultados se concluiu que o nível de conhecimentos financeiros efetivamente influencia nas decisões e opiniões financeiras, identificando o quanto uma situação de maior conhecimento influi para práticas financeiras mais saudáveis. Chen e Volpe (1998) concluíram, então, que os estudantes não estavam bem informados sobre finanças pessoais, sendo resultado de falhas no tratamento dessas questões pelo sistema educacional, que acarretavam em limitações para estes indivíduos na tomada de decisões e em erros no decorrer de suas vidas.

2.2.6 Planejamento Financeiro

2.2.6.1 Definição

As práticas que contribuem para a prevenção ou controle dos problemas financeiros e um maior êxito na administração das finanças estão relacionadas com a consecução de um planejamento ou gestão financeira pessoal. A gestão financeira pessoal tem como objetivo alcançar a maximização da riqueza do indivíduo, a partir de decisões de investimento, financiamento, consumo e minimização do risco na

avaliação de fatores de risco e retorno, equilíbrio na relação com os demais participantes e alinhamento com os objetivos pessoais. A determinação do sucesso financeiro está relacionada ao conhecimento de seus instrumentos e do funcionamento dos mercados (SAITO, 2007), onde se permite comparação e análise crítica que condicionam a tomada de melhores decisões, embora esta não se dissocie totalmente dos vieses psicológicos inerentes.

Camargo (2007) define planejamento financeiro como uma estratégia de curto, médio ou longo prazo, relativamente deliberada, que visa à manutenção ou acumulação de bens e valores, partes do patrimônio de uma família ou indivíduo, buscando garantir sua tranquilidade econômico-financeira. A chave para seu sucesso se materializa quando se obtém objetivos razoáveis, existe a prática de controle fiscal, usam-se ferramentas financeiras adequadas, e, sobretudo, é realizado um monitoramento constante do plano.

O planejamento financeiro é consequência e materialização de um maior comprometimento dos indivíduos, um instrumento que torna mais complexo o processo decisório relativo à compra de bens e mercadorias, ou o destino da renda pessoal para os mais diversos fins, sejam eles necessidades básicas ou supérfluas. Outro fator que justifica sua importância é a possibilidade de complementação do aporte de recursos à previdência pública para a aposentadoria do trabalhador (SOUSA; TORRALVO, 2004).

Chen e Volpe (1998) destacam a importância do gerenciamento das finanças pessoais, onde a situação atual exige que as pessoas se preparem para realizar investimentos de longo prazo visando à aposentadoria ou educação dos filhos, poupar para o curto prazo para não ser afetado por despesas inesperadas, realizar empréstimos para compra de bens de consumo, gerenciar as necessidades médicas, contratar seguros, etc. Todos estes pontos positivos estabelecem, de acordo com Fernandes (2011), uma segurança financeira, definida como a aptidão em responder as necessidades ou demandas futuras, ao mesmo tempo em que se é capaz de gerenciar as obrigações diárias e os encargos financeiros cotidianos.

Em sua pesquisa, Camargo (2007) também verificou alguns benefícios daqueles que realizavam planejamento financeiro, segundo ela, os indivíduos que detinham maior controle de suas finanças eram capazes de se protegerem dos riscos e incertezas, realizavam mais investimentos, onde estes eram alvos de uma análise mais criteriosa quanto a seus riscos e retornos, além de haver mais planos

relacionados à aposentadoria e herança. Saito (2007) esclarece que, ao contrário do que pode se pensar, o êxito na gestão das finanças pessoais não é determinado pela quantidade de recursos acumulados ao longo da vida, mas sim, e principalmente, pela capacidade de planejamento de sua disponibilidade em prol de projetos pessoais e familiares.

As decisões financeiras envolvem a compreensão de atividades relacionadas às finanças pessoais, que segundo ele são: “a) identificação e empreendimento de projetos pessoais vinculados à obtenção de recursos financeiros; b) elaboração de estratégias para poupá-los; e c) concretização de ações que impliquem o correto uso de tais recursos, com base em seu planejamento pessoal” (SAITO, 2007, p. 21).

2.2.6.2 Planejamento Financeiro no Brasil

Existiram diversos processos nos últimos anos que provocaram uma maior necessidade de gestão no âmbito financeiro. Para Matta (2007), esta necessidade é inerente ao desenvolvimento da economia capitalista, que sujeitou as pessoas há um mundo financeiro mais complexo do que nas gerações anteriores, forçando-as a desenvolverem capacidade de distinguir entre produtos e serviços disponíveis, os que realmente são necessários e contribuem para a saúde financeira.

Especificando para o Brasil, Savoia, Saito e Santana (2007) citam a estabilização da inflação, que causava uma extensa procura por liquidez e ativos reais, incidindo em decisões imediatistas e horizontes curtos de planejamento, visando à proteção do poder aquisitivo e patrimônio. As decisões priorizavam completamente o consumo, uma vez que a poupança não era vantajosa, segundo Sousa e Torralvo (2004) isto implicou na falta desta cultura na população, já que devido à hiperinflação, economizar significava grandes perdas em função da desvalorização da moeda. Para estes autores, este processo se inverteu a partir do Plano Real e suas consequências, com o planejamento financeiro emergindo em prazos mais longos, onde era possível prever o valor do dinheiro em um horizonte que se estendia até por anos.

Para Cherobim e Espejo (2011), a partir deste momento as pessoas passaram a ter uma maior noção de valor, deter referências de preço e cuidar mais

do dinheiro em relação ao guardar e ao gastar. Com a inflação controlada os preços passaram a subir dentro de parâmetros, não de maneira irreal, rápida e ilimitada como antes, o que se fez possível um maior controle e cuidado sobre os rendimentos. Em outras palavras, as pessoas poderiam pensar sobre o que fazer, e não ter que gastar quase que imediatamente, tanto por falta de outras opções, como para evitar a perda de valor monetário.

Houve ainda, a partir dos anos 1990, medidas de caráter neoliberal que procuraram diminuir a presença do Estado na economia, abandonando o paternalismo. Como exemplo esteve o estímulo a programas de poupança complementar, também existe alteração nas decisões de financiamento da casa própria, consumo e endividamento, com informações limitadas sobre os instrumentos financeiros. É passada responsabilidade aos indivíduos, que é obrigado a planejar para longo prazo (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). Saito (2007) complementa, afirmando que estas medidas, junto à globalização e ao desenvolvimento tecnológico implicaram em transformações institucionais, que demandaram proatividade na gestão das finanças pessoais, maior capacitação financeira e a necessidade de ações no âmbito escolar, estas últimas praticamente não cumpridas.

É preciso poupar por conta própria para a aposentadoria, não mais provida integralmente pelo Estado. Também é necessário reavaliar as decisões sobre a compra de sua casa própria, e dos bens duráveis, bem como entender as novas modalidades de crédito e dominar a tecnologia disponível para a realização das transações financeiras básicas (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1124).

2.2.6.3 Realizando um Planejamento Financeiro

Destacada a importância do planejamento financeiro, tem-se o desafio de construí-lo efetivamente. Geralmente os estudos mostram um reconhecimento quase unânime pelas pessoas da importância de se realizar o planejamento, mas na maioria das vezes elas se veem desestimuladas a iniciá-lo ou continuá-lo, em outras situações até fazem algum tipo de controle, mas utilizando os meios errados ou de forma incompleta. Isto acontece porque o planejamento só pode ser efetivo quando

é feito o controle total de receitas ou despesas, ou seja, deve-se anotá-las até as mínimas existentes e diárias. É um processo que exige muita disciplina e dedicação.

Cherobim e Espejo (2011) procuram elucidar sobre o passo a passo de se realizar um, onde as pessoas devem colher todas as informações necessárias, como a identificação das necessidades da família e dos recursos disponíveis para satisfazer as mesmas, em seguida devem definir seus objetivos para diversos horizontes de tempo, com um diagnóstico da situação atual, onde é construído um perfil de despesas e pode ser identificada qual a capacidade de poupança do indivíduo. As formas de atingi-los irão variar de pessoa para pessoa, assim como os objetivos em si, em função da realidade existente, a estrutura familiar, as características pessoais, etc.

A consecução de um planejamento financeiro é possível e facilitada através da utilização de uma ferramenta, como uma planilha orçamentária, onde há o registro sistemático de receitas e despesas. No orçamento as receitas são registradas de acordo com as fontes que as geram, sejam remunerações, aluguéis ou investimentos, enquanto as despesas são classificadas como fixas, onde não se muda o valor e o pagamento é periódico, as semifixas, na qual podem ter o valor reduzido, embora não sejam zeradas e, por fim, as variáveis, que podem sofrer grandes variações ou até serem eliminadas (CHEROBIM; ESPEJO, 2011; SOUSA; DANA, 2013), ou seja, em um processo de ajustamento das finanças, se agirá nestas duas últimas citadas. A tabela 2 exemplifica os três tipos de despesas:

Tabela 2 – Tipos de despesas

TIPOS DE DESPESAS	
Despesas fixas	Aluguel, condomínio, financiamento, etc.
Despesas semi-fixas	Água, luz, alimentação, etc.
Despesas variáveis	Cinema, restaurante, celular, etc.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, também devem ser registradas as quantias destinadas a investimentos, bem como as dívidas, ou seja, as compras parceladas existentes, sejam de eletrodomésticos, do carro ou da casa. É importante esclarecer que o orçamento é realizado em regime de caixa, ou seja, devem ser registradas as entradas e saídas efetivas de dinheiro, e que também deve ser feito uma previsão para cada categoria de gastos antes de cada mês, havendo assim um comparativo

com a decorrência deste entre o previsto e o realizado, por ser um modo mais fácil de identificação da saúde financeira e de correção dos problemas que possam haver. Cherobim e Espejo (2011, p. 39-40) resumem os benefícios da elaboração do orçamento:

O orçamento elaborado a partir de um planejamento capaz de refletir os objetivos e sonhos da família e, principalmente, em consonância à realidade familiar vai possibilitar a contratação de dívidas produtivas, formação de uma riqueza financeira e patrimonial consistente e ainda identificar despesas desnecessárias ou novas oportunidades de obter rendimentos.

A figura 1 representa o exemplo de uma planilha orçamentária disponibilizada gratuitamente pela FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos) em seu site oficial:

Planilha para Orçamento Doméstico -2009



	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
RENDA FAMILIAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13º Salário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Férias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retirada de Poupança	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retirada de Aplicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Honorários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
HABITAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aluguel/Prestação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Condomínio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IPTU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Água	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Telefones	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TV por Assinatura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Supermercado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empregada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reformas/Consertos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FIGURA 1 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Fonte: Federação Brasileira de Bancos, 2009.

2.2.6.4 Estudo de Barros e Bonatto (2010)

Na parte condizente com o entendimento das práticas financeiras dos discentes, foram retiradas e adaptadas perguntas do estudo promovido por Barros e Bonatto (2010) sobre a relação entre planejamento financeiro e endividamento, tendo sido aplicado também com alunos de graduação em uma faculdade do Rio Grande do Sul. A amostra composta por alunos dos cursos de graduação da Escola Superior de Administração, Direito e Economia (ESADE) da cidade de Porto Alegre,

totalizando 145, sendo 45 do primeiro semestre, 54 do quarto e 46 do oitavo, o que acontece porque foi realizada uma comparação de dados buscando definir diferenças à medida que o indivíduo avança e adquire conhecimentos em sua graduação, o que guarda certa similaridade com este estudo, embora Barros e Bonatto (2010) não realizem explicitamente uma comparação entre cursos (nem indiquem em quais deles foram aplicados) e nem se existe a influência de disciplinas financeiras nestes aspectos que eles buscam.

Na parte II do questionário, a pergunta inicial indagava sobre os motivos para se fazer uma compra. Os três semestres apontaram a satisfação de uma necessidade com boa vantagem sobre as demais opções (80%, 70,37% e 80,43% para 1º, 4º e 8º, respectivamente). Na pergunta sobre o porquê deles comprarem, a necessidade também foi preponderante representando 53,33%, 62,96% e 56,52% para os três semestres.

Perguntados se possuíam compras parceladas, mais de 70% deles indicaram que sim, um percentual também nesta faixa indicou não utilizar qualquer modalidade de crédito para aumentar sua renda. Mais de 80% informou utilizar algum tipo de controle sobre seus gastos. Indagados sobre qual método de controle, o mais indicado foi a planilha eletrônica, seguido pelo caderno de anotações, mas 17% não realizava controle algum, enquanto o restante indicou meios pouco eficazes, como o extrato bancário. Indagados se realizavam investimentos, existiu diferença entre o primeiro e quarto semestres, que indicaram não investir (62,22 e 55,56%), enquanto o oitavo teve maioria “sim” (58,70%) (BARROS; BONATTO, 2010).

Ao serem perguntados sobre a destinação dada as bonificações recebidas, como o 13º salário, houve uma preponderância da antecipação do pagamento de dívidas nos dois primeiros semestres, enquanto o oitavo teve a utilização no período de férias como maior percentual, com 34,78%. Sobre o tamanho dos investimentos, medidos em relação ao salário mínimo da época, todos os três semestres tiveram como maioria nenhum valor investido, sendo 1 a 3 salários a segunda maior indicação. Perguntados sobre quantos meses manteriam o padrão de vida em caso de perda das fontes de rendimento, nos dois primeiros semestres o período de 1 a 3 meses aglomerou mais respostas, enquanto no oitavo a opção mais votada foi nenhum mês sequer (BARROS; BONATTO, 2010).

Na última parte do questionário, a primeira pergunta foi como os estudantes realizavam compras a prazo, em torno de 65% responderam que o faziam através

do cartão de crédito; na aquisição de bens de consumo duráveis, a utilização do cartão de crédito também liderou em todos os semestres, tendo mais de 50% no primeiro e oitavo. Quanto ao percentual da renda comprometido com dívidas, o intervalo de 1 a 30% teve mais respostas, embora 61 a 90% também tenha sido muito indicado, ainda assim, mais de 70% afirmou não se considerar endividada. A maioria dos respondentes (cerca de 80%) afirmou pagar suas prestações exatamente no dia e não ter nenhuma em atraso, havendo percentuais de 62,22% no primeiro semestre, 81,48% no quarto e 71,74% no oitavo. Indagados se utilizavam modalidades de crédito para o pagamento de dívidas, a maioria respondeu que não, mas os que utilizavam representaram crescimento no decorrer dos semestres. Por fim, os respondentes indicaram se já haviam renegociado alguma dívida, enquanto o primeiro semestre respondeu que sim (53,33%), o quarto (68,52%) e oitavo (52,17%) afirmaram que não (BARROS; BONATTO, 2010).

As respostas indicaram um bom nível de acompanhamento das despesas e receitas, embora boa parte utilizasse formas inadequadas de controle, a maioria também não se considerou endividada, ainda que boa parte demonstrasse um alto percentual da renda comprometido com o pagamento de dívidas, o que leva a crer uma percepção errada de que o endividamento só ocorre quanto existe atraso. Barros e Bonatto (2010) sugerem a adoção pela universidade de disciplina relacionada às finanças pessoais pela universidade, seja de forma obrigatória, optativa ou através de curso de extensão.

2.2.6.5 Estudo de Morais (2013)

O trabalho de conclusão de curso realizado por Morais (2013) será utilizado para comparação com esta pesquisa por dois aspectos: o primeiro é que também foi baseado no estudo de Barros e Bonatto (2010), tendo um instrumento de pesquisa e um objetivo muito semelhante aquele; segundo, que foi realizado no mesmo *campus* com alunos de dois cursos: Administração e Ciências Contábeis. Ela procura observar se os problemas financeiros atingem os discentes de Administração e Ciências Contábeis, tendo a peculiaridade de investigar apenas as turmas ingressantes e concluintes de ambos os cursos, buscando identificar um diferencial

na gestão das finanças entre os que já cursaram disciplinas voltadas ao assunto (concluintes), e os que não a fizeram (ingressantes).

Em relação à gestão do orçamento, 98,20 % considerava o orçamento importante como ferramenta para controle das finanças, com uma diferença de quase 9% entre concluintes e ingressantes de administração (100% a 91,89%, respectivamente); também 98,20% concordaram com a percepção sobre o planejamento ajudar a vida financeira, não havendo grandes diferenças entre ingressantes e concluintes. No total, um bom percentual de 87,43% dos respondentes realizavam planejamento de suas finanças. Na comparação entre ingressantes e concluintes, Administração, como esperado, teve os concluintes planejando mais que os ingressantes (95,56% a 75,68%), mas em Contábeis curiosamente teve resultado inverso, com 92,50% dos ingressantes planejando contra 84,44% dos concluintes (MORAIS, 2013).

71,26% dos discentes faziam o acompanhamento de seu planejamento. Neste caso o efeito é inverso ao da pergunta anterior entre os cursos: enquanto em Contábeis os concluintes acompanhavam mais que os ingressantes (80% a 75%), no curso de Administração têm-se o contrário, com os ingressantes superando em mais de 5% os concluintes. Foi constatado que embora mais de setenta por cento acompanhassem o planejamento, os que analisavam os valores previstos e realizados eram 59,28%, no curso de Administração este percentual era de apenas 52,44%.

Em Contábeis, onde 65,88% o faziam, os concluintes superaram os ingressantes neste quesito, em quanto que em Administração houve o inverso. Os discentes também indicaram o quanto gastavam por mês em diversas categorias, onde a maioria sabia quanto gastava em alimentação (58,08%), educação (63,47%), vestuário (61,68%), moradia (67,07%) e transporte (69,46%), enquanto não tinham ideia dos gastos em saúde (52,10%) e lazer (55,09%). Em Contábeis os ingressantes apresentaram resultados melhores que os concluintes, com o contrário ocorrendo em Administração (MORAIS, 2013).

77,25% dos alunos afirmaram controlar seus gastos, com os ingressantes de Contábeis detendo mais controle, com pequena diferença (82,50 a 80%), enquanto em Administração os concluintes apresentam uma frequência maior que os ingressantes (80 a 64,86%). A ferramenta de controle mais utilizada foi o caderno de anotações, com 47,90% das preferências, sendo mais utilizado pelos ingressantes

de ambos os cursos, outras opções muito indicadas foram fatura de cartão de crédito, planilha eletrônica e extrato bancário. A maioria dos discentes afirmou poupar parte de sua renda (58,68%), um dado importante, em Contábeis ingressantes e concluintes apresentaram percentuais idênticos (57%), enquanto em Administração os concluintes pouparam bem mais que os ingressantes (66,67% a 51,35%).

Um questionamento diferente referia-se ao investimento deste dinheiro poupado, ou seja, a aplicação em algo que rendesse percentuais subjacentes aos indivíduos, neste caso, a maioria indicou não investir (61,08%), com os concluintes demonstrando investirem mais em Contábeis (42,22% a 32,50%), e o inverso ocorrendo em Administração (43,24% a 37,78%). Dentre os que investiam, uma maioria de 60% o fazia em caderneta de poupança, sendo esta preponderante entre os concluintes de Administração e Contábeis (impressionantes 90,48% e 56,67%, respectivamente), além dos ingressantes de Administração (50%), enquanto esta opção foi dividida com imóveis entre os ingressantes de Contábeis (44,44%) (MORAIS, 2013).

Colocados numa situação hipotética em que perdessem todas as fontes de renda sobre o quanto manteriam o padrão de vida, a maioria indicou nenhum único mês (28,74%). Na comparação entre turmas, o período preponderante no resultado geral também foi o ingressante de Contábeis (42,50%) e concluinte de Administração (31,11%), enquanto o período de dois meses teve o maior percentual nos concluintes de Contábeis (22,22%) e de um mês nos ingressantes de Administração (27,03%).

Quanto à destinação do 13º salário, a maioria indicou destinar para antecipar o pagamento de dívidas. Na série de questionamentos relacionados ao endividamento, a primeira pergunta referiu-se a se os discentes consideravam-se endividados, uma maioria de 80,24% não se consideravam. Em Contábeis, os concluintes se mostraram mais endividados que os ingressantes, com o contrário ocorrendo em Administração.

Na questão seguinte perguntou-se como os discentes costumavam pagar suas prestações, aos quais 53,89% pagavam antes do vencimento, opção compartilhada pelos ingressantes de Contábeis e concluintes de Administração, enquanto concluintes de Contábeis e ingressantes de Administração preferiam pagar no dia do vencimento. Ambas as opções demonstraram controle sobre as finanças.

83,23% dos discentes afirmaram não possuírem prestações em atraso, sendo opção majoritária, as maiores proporções de contas em atraso ocorreram entre os concluintes em Contábeis e ingressantes em Administração (MORAIS, 2013).

Os maiores motivos apontados para a existência de prestações em atraso foram as dificuldades financeiras e esquecimento (40,82% e 34,69%, respectivamente). A primeira opção foi compartilhada pelos concluintes de ambos os cursos, enquanto a segunda pelos ingressantes. Apenas 23,35% já haviam precisado renegociar dívidas, opção mais presente entre os ingressantes de ambos os cursos. Destes que já tinham renegociado, mais de 80% afirmou não ter conhecimento das taxas de juros cobradas (MORAIS, 2013).

Em relação às formas de realização das compras, 79,04% afirmaram que faziam de forma parcelada, os concluintes de Contábeis e Administração, com percentuais de 86,67% e 80%, estiveram entre os que mais compravam deste jeito. O instrumento mais utilizado para compras deste tipo era o cartão de crédito (62,28%), sendo o crediário a segunda opção com 22,75%, havendo resultados parecidos entre todas as turmas.

Quanto à forma de aquisição de bens duráveis, a maioria utilizava cartão de crédito (55,09%), seguido por comprar a vista (21,56%). A opção líder foi mais massiva entre os concluintes de ambos os cursos, havendo mais equilíbrio entre os ingressantes. A última pergunta correspondeu ao percentual da renda comprometido com obrigações mensais, onde a maioria declarou não saber responder, com 59,88% (MORAIS, 2013).

Moraes (2013) constatou um melhor uso dos recursos por parte dos discentes de Ciências Contábeis, ainda que com uma diferença pequena para a Administração. No geral, foi indicado um bom uso dos recursos, a maioria conseguia poupar parte de sua renda e fazia gerenciamento e controle das finanças, mesmo que não tenha indicado ter investimentos ou manter o padrão de vida por muito tempo sem fontes de receitas.

Em Ciências Contábeis houve um declínio de resultados, com os ingressantes apresentando resultados superiores aos concluintes, ou seja, contrariando qualquer diferencial positivo das disciplinas financeiras em suas decisões, o contrário ocorreu entre os discentes de Administração, com os resultados melhorando do segundo para o oitavo período, o que poderia indicar um diferencial das disciplinas financeiras.

3 METODOLOGIA

De acordo com Severino (2000), nesta seção o autor discorre sobre o tipo de pesquisa que irá desenvolver, definindo também os métodos e as técnicas que serão adotados. Métodos são entendidos como procedimentos mais amplos de raciocínio, enquanto técnicas correspondem a algo mais restrito, operacionalizando os métodos a partir do emprego de instrumentos adequados.

3.1 Classificação

Tomando como base Gil (2002), a pesquisa desenvolvida pode ser classificada como descritiva, bibliográfica e de levantamento, conforme detalhamento a seguir.

Quanto aos objetivos, a pesquisa empenhada neste trabalho pode ser definida como descritiva. Gil (2002) afirma que a pesquisa descritiva tem como principal objetivo a descrição das características de uma população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis, a partir da utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, como questionário e observação sistemática.

Quanto aos procedimentos, primeiramente a pesquisa é classificada como bibliográfica, já que tem como base a análise de estudos relacionados aos temas abordados, como educação financeira, investimentos, endividamento, crédito, consumo, planejamento financeiro, entre outros. Para se ter uma base teórica adequada em seu empenho, e, num segundo momento, como constam nos objetivos secundários, foi realizada uma comparação entre os resultados obtidos e o de outros trabalhos semelhantes. Gil (2002) afirma que este tipo de pesquisa é desenvolvida por meio de material já elaborado, permitindo ao investigador uma cobertura de fenômenos mais ampla do que poderia ter diretamente, sendo importante quando o problema de pesquisa requer dados dispersos no espaço. Por fim, foi realizado um levantamento diante dos discentes dos referidos cursos:

As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 2002, p. 50).

O levantamento tem como principais vantagens o conhecimento direto da realidade, pois as próprias pessoas informam sobre seu comportamento, crenças e opiniões; economia e rapidez, onde é possível a obtenção de grande quantidade de dados em curto espaço de tempo; e, por fim, a quantificação, onde dos dados obtidos podem ser agrupados em tabelas, sendo possível uma análise estatística (GIL, 2002).

3.2 Coleta de Dados

Para que se atinjam os objetivos deste trabalho, foi utilizado como instrumento de coleta questionário aplicado nas turmas de graduação dos cursos de existentes no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, localizado na cidade de Sousa-PB.

O questionário, composto de 25 questões divididas em três partes, a saber: I – Perfil do Respondente (5 questões); II – Práticas Financeiras (10 questões); e III – Conhecimentos Financeiros (10 questões), foi aplicado nas turmas do último período ofertado aos discentes de cada um dos quatro cursos pesquisados: Administração (9º período – Noite); Ciências Contábeis (8º Período – Noite); Direito (11º período – Noite); e Serviço Social (8º Período – Manhã).

Das 25 questões, 24 eram objetivas de múltipla escolha, onde as opções possíveis de serem assinaladas variaram entre duas e sete, a exceção de uma sobre o perfil em que o respondente precisou escrever sua idade. Inicialmente, em duas destas questões foi permitido assinalar mais de uma opção (13 e 15), mas alguns respondentes acabaram indicando mais de uma resposta em outras além das citadas, estas respostas foram analisadas e, sendo tidas como coerentes, aceitas. Existiu um diferencial entre as Partes I e II, em comparação com a III: enquanto nas primeiras as pessoas indicavam a opção conforme sua realidade pessoal e

financeira, a última se caracterizou como um teste para os discentes, em que existia uma resposta considerada correta e foi avaliado o percentual de acertos. A coleta foi realizada entre os dias 14 e 24 de julho de 2014, nas próprias salas das turmas escolhidas para o estudo, como foi aguardado pelo aplicador o período de preenchimento, o percentual de retorno foi de 100%. O modelo do questionário utilizado na pesquisa está disponível no apêndice.

3.3 Universo da Pesquisa

A pesquisa abrangeu os quatro cursos existentes no *Campus*: Administração, Ciências Contábeis, Direito e Serviço Social, a partir de suas turmas do último período ofertado em cada curso no semestre 2014.1. Apenas elas foram consideradas como forma de se efetivar o objetivo deste trabalho, que é avaliar se há algum diferencial entre os discentes que obtiveram conhecimentos financeiros durante seu curso de graduação e os que não ficaram sujeitos ao mesmo tipo de ensino, deste modo, não faria sentido avaliar as primeiras turmas de Contábeis e Administração, por estes ainda não terem cursado as disciplinas referidas. Por razões de falta de tempo hábil, no que se refere ao curso de Direito, ao invés das três turmas concluintes dos seus três turnos, optou-se pela aplicação em apenas uma, sendo escolhida a do período noturno.

Para a tabulação dos dados, fez-se o agrupamento destes cursos em pares, com um grupo contendo Administração e Ciências Contábeis, onde as grades curriculares têm a incidência de disciplinas financeiras gerenciais, e no outro Direito e Serviço Social, ao qual não existe a disponibilidade deste tipo de abordagem em sua formação. Houve então a averiguação de um possível diferencial pelos alunos do primeiro grupo obterem esta formação extra em relação aos do segundo.

Inicialmente seriam escolhidos apenas exatamente os alunos prováveis concluintes de cada curso, como forma de direcionar melhor a pesquisa, mas isto foi impossibilitado devido às dificuldades em se obter relação nominal dos discentes. Desta forma, optou-se por visitarem-se as turmas do último período ofertado no semestre em determinados dias, durante os períodos de aula, efetuando a aplicação dos questionários entre os alunos presentes, e fazendo-se uma relação percentual

entre o total de questionários coletados por sala e o número de discentes matriculados naquela disciplina determinada.

Ainda foi tentada a realização de um censo nestas turmas, mas se tornou inviável pelo modo de coleta ser sujeito à instabilidade da frequência do público alvo, pela existência de desistentes nas turmas, e também a impossibilidade de retorno às salas em mais de uma oportunidade. Foi utilizada, então, uma amostra não probabilista por conveniência, onde os elementos selecionados de acordo com a facilidade de obtenção de informações. (PINHEIRO *et al.*, 2011).

Pinheiro *et al* (2011) esclarece que a amostra do tipo não probabilística tem um processo não aleatório e arbitrário de seleção, sendo condicionada por critérios subjetivos conforme a experiência e julgamento do pesquisador. Malhotra (2001 *apud* PINHEIRO *et al.*, 2011) acrescenta que ela ocorre quando não se pode determinar a probabilidade de escolha de um elemento em particular, ou seja, as estimativas não são estatisticamente projetáveis a população.

Se calculada a amostragem probabilística do estudo, considerando como população o número de matriculados na disciplina ministrada no momento da visita, utilizar-se-ia o método da estratificação proporcional, dividindo os discentes entre os com boas práticas/bons conhecimentos financeiros (p) e os com más práticas/maus conhecimentos financeiros (q). Desconhecidos previamente os valores de p e q, como recomendado, foi estimado o valor de 50% (0,5) para os dois. Para um grau de confiança de 95% ($Z= 1,96$), o total de questionários a serem coletados nas turmas seria: 48 em Ciências Contábeis; 43 em Direito; 36 em Serviço Social; e 33 em Administração. Totalizando 160 questionários. Como este método não foi utilizado, um total de 120 questionários foi coletado, sendo 33 discentes de Administração, 35 de Ciências Contábeis, 30 de Serviço Social, 22 de Direito² (14 na especialização em Direito Público e 8 na especialização em Direito Penal).

Foi solicitado aos docentes das disciplinas ministradas na ocasião da visita o total de matriculados das turmas, objetivando ter maior ciência sobre a proporção de coletas dos questionários. Nos casos de Ciências Contábeis e Administração existe uma peculiaridade, pois como os dois cursos têm várias disciplinas comuns ou semelhantes, diversos alunos que ficam reprovados dentro de sua grade curricular aproveitam a disponibilidade das citadas em ambos para cumprirem sua carga

² Os professores de Direito informaram que os discentes estão em fase de elaboração de TC e preparação para o exame da OAB, o que causou uma menor taxa de participação na pesquisa.

horária, desta forma, existiram casos de alunos de Administração que responderam o questionário na turma de Ciências Contábeis e vice-versa, por isto a relação entre respondentes e matriculados não correspondem aos totais apresentados de cada curso, sendo ela: em Administração (30 respondentes/35 matriculados) 85,71% de respondentes, Serviço Social (30 respondentes/39 matriculados) 76,92%, Contábeis (38 respondentes/54 matriculados) 70,37%, Direito I ³ (8 respondentes/20 matriculados) 40% e Direito II (14 respondentes/28 matriculados) 50%.

Para análise dos dados, um questionário de Direito II acabou tendo de ser descartado antecipadamente, pois o respondente acabou marcando suas respostas com o auxílio de outros dois discentes, invalidando o instrumento.

³ Uma discente de Direito I se recusou a participar da pesquisa, sendo o único caso relatado.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A apresentação dos resultados, bem como sua análise e discussão, obedece à segmentação proposta pelo questionário de aplicação, estando dividida em três tópicos: perfil dos respondentes, práticas financeiras e conhecimentos financeiros. A pesquisa tem como base um total de 120 questionários respondidos por alunos presentes nas últimas turmas ofertadas do semestre de todos os cursos abrangidos pelo CCJS/UFCG, sendo estes divididos em dois grupos distintos. No Grupo 1, 68 discentes dos cursos de Ciências Contábeis (33 discentes) e Administração (35 discentes) participaram da pesquisa. No Grupo 2 foram coletados 52 questionários, 30 provenientes de discentes de Serviço Social, e 22 do curso de Direito.

4.1 Perfil dos Respondentes

A parte correspondente à delimitação do perfil tem como finalidade a classificação da amostra estudada quanto as suas informações básicas, buscando tanto uma maior familiaridade com esta, como também explorando a possibilidade de correlação dos resultados posteriores com alguns grupos específicos. Tem ainda outro propósito, validar os questionários para o cumprimento do objetivo da pesquisa, uma vez que para ser considerado no “Grupo 1” o discente deveria fazer parte dos cursos de Administração e Ciências Contábeis e ter cursado disciplinas financeiras, por outro lado, o requisito para o “Grupo 2” foi ser discente dos cursos de Direito ou Serviço Social, e inicialmente não ter cursado disciplina financeira, filtro que não foi utilizado neste segundo caso em relação a Direito por motivos que serão explicados adiante.

Nesta parte foram solicitadas aos discentes informações a respeito do seu gênero, idade, curso, se já haviam cursado disciplina financeira na graduação e renda familiar, totalizando cinco questões. No quadro geral, os respondentes foram classificados como: mulheres (53,33%); com idade compreendida entre 21 e 30 anos (85,83%); pertencentes ao Grupo 1 (56,67%); já tendo cursado disciplina financeira (69,17%); e com renda compreendida entre R\$ 725,00 e R\$ 1.448,00

(40,83%). A seguir serão apresentados os resultados detalhados para cada uma destas questões.

4.1.1 Gênero

No Grupo 1, 54,41% dos discentes se definiram como do sexo masculino, contra 45,49% do sexo feminino, no Grupo 2 a predominância é das mulheres, perfazendo 63,46%, ante 36,54% de homens (Tab. 3):

Tabela 3 – Gênero dos discentes

GÊNERO			
%	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
Masc	54,41%	36,54%	46,67%
Fem	45,59%	63,46%	53,33%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

4.1.2 Idade

A ampla maioria dos estudantes do Grupo 1 situa-se na faixa dos 21 a 30 anos (92,65%); 4,41% não indicaram sua idade, enquanto 1,47% afirmou ter menos de 20; e 1,47% disse ter idade entre 31 e 40 anos. O Grupo 2 teve classificação semelhante, embora menos concentrada, 76,92% está na faixa de 21 a 30; 13,46% de 31 a 40; 3,85% tem 20 anos ou menos, o mesmo percentual optou por não indicar a idade; e 1,92% afirmou ter mais de 40 anos (Tab. 4):

Tabela 4 – Idade dos discentes

IDADE			
%	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
Até 20 anos	1,47%	3,85%	2,50%
21 a 30	92,65%	76,92%	85,83%
31 a 40	1,47%	13,46%	6,67%
Mais de 40	0,00%	1,92%	0,83%
Não Indicou	4,41%	3,85%	4,17%
Total	100,00%	100,00%	100,00%
Média (anos)	23,89	25,48	24,69

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Os resultados indicam uma população jovem, que ingressou nos cursos cedo, a média de idade reforça isto, sendo de apenas 24,69 anos.

4.1.3 Curso de Graduação

No Grupo 1, a distribuição de discentes entre os cursos se mostrou equilibrada, com pequena vantagem para Ciências Contábeis, 51,47%, enquanto 48,53% indicaram ser de Administração. No Grupo 2 a maioria é componente de Serviço Social (57,69%), com Direito tendo 42,31% dos respondentes. Na comparação entre os grupos, o 1 teve 56,67% dos discentes, enquanto o 2 compreendeu 43,33% (Tab. 5):

Tabela 5 – Curso dos discentes

CURSO					
GRUPO 1		GRUPO 2		TOTAL	
Adm	Cont	Direito	Serv Soc	G1	G2
48,53%	51,47%	42,31%	57,69%	100,00%	100,00%
56,67%		43,33%		100,00%	

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Como todos os respondentes indicaram participar dos dois cursos componentes do Grupo 1, acontecendo o mesmo em relação ao Grupo 2, neste primeiro filtro para validação dos questionários nenhum deles precisou ser eliminado. Importante observar o mencionado na Metodologia de que nem todos os

discentes de Administração e Ciências Contábeis foram encontrados em seus respectivos cursos, estando alguns de Administração na turma pesquisada de Contábeis, e vice-versa. Em relação a Direito e Serviço Social, como esperado, este evento não aconteceu.

4.1.4 Disciplina Financeira

Conforme expectativas, no Grupo 1 a ampla maioria indicou já haver cursado disciplinas financeiras na sua graduação, com 95,59%. Apenas um respondente afirmou não ter cursado alguma disciplina do tipo (1,47%), enquanto dois não colocaram resposta (2,94%). No Grupo 2, também de acordo com as expectativas, a maioria afirmou não ter cursado disciplina financeira, mas com margem menor (65,38%), contra 34,62% que afirmou ter cursado (Tab. 6):

Tabela 6 – Disciplina financeira no curso

DISCIPLINA FINANCEIRA NO CURSO			
%	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
Sim	95,59%	34,62%	69,17%
Não	1,47%	65,38%	29,17%
NR	2,94%	0,00%	1,67%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Esta questão tem papel importante na pesquisa. No Grupo 1, como mostrado, 3 discentes não indicaram ter cursado disciplina financeira, com um tendo respondido que não, e dois deixando a questão sem resposta. Apesar do questionário ter sido aplicado em turmas concluintes, como garantia de ter o máximo destes já com disciplinas financeiras em seu currículo, o fato de existirem alguns sem este requisito pode ser explicado pela existência dos chamados “desbloqueados”, muito comuns nas turmas finais de todos os cursos. Neste grupo fazem parte tanto alunos de períodos inferiores que por opção própria ou visando completar a carga horária mínima de disciplinas adiantam outras de períodos posteriores aos seus, ou mesmos participantes da própria turma concluinte que, durante seu percurso,

perderam disciplinas pré-requisitos para as financeiras subsequentes, tendo que fazê-las posteriormente para efetiva conclusão do curso, ou, em último caso, alunos de outros cursos que detenham disciplinas comuns e aproveitam a disponibilidade destas em ambos, algo bastante recorrente entre Administração e Ciências Contábeis. A existência destes alunos pode ser maior ou menor em uma turma, dependendo da disciplina em questão.

Como o presente trabalho busca comparar as práticas financeiras pessoais dos discentes, com o Grupo 1 tendo de ser composto exclusivamente por alunos de Administração e Ciências Contábeis que já estudaram disciplinas financeiras gerenciais, estes três questionários foram excluídos tanto da análise das práticas como dos conhecimentos financeiros, com o objetivo de não enviesar os resultados e prejudicar o atendimento deste propósito geral, deste modo, dos 68 questionários serão considerados 65.

No Grupo 2 ocorreu o inverso, e em um número maior, como visto, 34,62% afirmaram terem cursado disciplina financeira, representando 18 discentes, sendo 17 destes do curso de Direito (77,27% dos respondentes) e 1 de Serviço Social (3,33%). Isto aconteceu por causa da questão ter sido formulada de forma pouco especificada, o que remeteu os discentes de Direito a responderem sim por cursarem uma disciplina chamada Direito Financeiro, já citada na Fundamentação Teórica deste trabalho.

Como visto, esta disciplina é centrada em aspectos legais e normativos referentes às práticas orçamentárias das unidades governamentais, o que se acredita ter pouco ou nenhum efeito positivo sobre as práticas e conhecimentos financeiros dos alunos. Devido a esta conclusão de que não há prejuízo aos objetivos desta pesquisa, em segundo plano também para não haver um excessivo descarte de questionários que certamente atrapalharia a análise, provocando grande desnivelamento entre os grupos, optou-se por manterem-se os resultados de todos os questionários citados referentes à Direito.

Em relação ao único questionário de Serviço Social que respondeu sim, não foi encontrado motivo aparente e conclusivo para isto, deste modo foi descartado, sendo considerados nas partes II e III da análise 51 discentes para o Grupo 2.

4.1.5 Renda Mensal Familiar

A maioria dos discentes do Grupo 1 tem renda familiar na faixa de 1 a 2 salários mínimos (38,24%); 26,47% tem recebimentos que variam de 2 a 3 salários; 16,18% ganham de 3 a 4 salários; 10,29% ganham até um salário; 5,88% tem renda superior a 4 salários; por fim, 2,94% preferiram não informar suas rendas. No Grupo 2, o percentual também é maior entre 1 e 2 salários (44,23%); 17,31% ganham entre 2 e 3 salários; o percentual de 15,38% diz respeito tanto aos que ganham até um salário, como os que recebem 3 a 4 salários; 7,69% ganham mais que 4 salários (Tab. 7):

Tabela 7 – Renda familiar dos discentes

RENDA			
%	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
R\$ 0,00 a 724,00	10,29%	15,38%	12,50%
R\$ 725,00 a 1.448,00	38,24%	44,23%	40,83%
R\$ 1.449,00 a 2.896,00	26,47%	17,31%	22,50%
R\$ 2.897,00 a 5.792,00	16,18%	15,38%	15,83%
Maior que R\$ 5.792,00	5,88%	7,69%	6,67%
Não informado	2,94%	0,00%	1,67%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

A maioria dos discentes tem uma renda familiar que se caracteriza na chamada “classe C”, ou nova classe média, um segmento da população que cresceu muito nos últimos anos, sendo os principais beneficiados do bom momento econômico passado pelo Brasil. É uma classe que representa a maioria de população brasileira, passando a ser visada tanto pelo mercado como pelo Governo e sendo apresentados a uma infinidade de novos produtos financeiros específicos ao qual estavam alijados em anos anteriores (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007; SILVA, 2011). Como esta população se tornou financeiramente considerada sem o preparado educacional adequado, é uma das principais vítimas de várias consequências ruins, como o endividamento e afins (MATTA, 2007).

4.2 Práticas Financeiras

A segunda parte do questionário corresponde à análise das práticas financeiras dos discentes, sendo formada por 10 perguntas. A partir deste momento se passa efetivamente a verificar o objetivo desta pesquisa. Os alunos foram solicitados a responder sobre o motivo para uma compra não usual, modo utilizado para compra a prazo, se se considera endividado, se possui prestações em atraso, percentual da renda comprometido com dívidas, como costuma pagar as contas, como controla os gastos mensais, se e quais tipos de planejamento financeiro realiza, qual finalidade dá para as bonificações anuais, e se e em que investe. De um modo geral, esta parte avalia a saúde financeira dos respondentes, qual o destino de suas receitas de despesas, se estão financeiramente controlados ou não, etc.

Os discentes foram classificados como: comprando produto não usual por necessidade (53,45%); comprando a prazo por meio de cartão de crédito (55,17%); não se considerando endividado (77,59%); sem prestações em atraso (81,03%); com até 20% da renda comprometida por dívidas (26,72%); pagando as obrigações no dia do vencimento (64,66%); controlando os gastos no caderno de anotações (40,52%); planejando mensalmente (40,42%); utilizando as bonificações para realização de um objetivo planejado (35,34%); e não tendo investimentos (48,28%). Os resultados são melhores que os encontrados por Barros e Bonatto (2010) em sua pesquisa, por outro lado, mostraram situação pior que a constatada por Moraes (2013) no mesmo campus. Nos próximos tópicos serão apresentados estes resultados detalhadamente.

4.2.1 Motivo para Compra de um Produto Não Usual

Perguntados sobre o que os levam a uma compra não corriqueira, os discentes do Grupo 1 em sua maioria afirmaram fazer por necessidade (53,85%), totalizando mais da metade deles; 33,85% o fazem a partir de um planejamento com antecedência; 9,23% por causa de uma promoção; 1,54% em virtude de uma

liquidação, opção ligada a anterior, e também 1,54% por causa de um crédito pré-aprovado. No Grupo 2, os discentes também compram mais por necessidade (54,90%), seguidos por aqueles que planejam (21,57%); um percentual considerável compram em virtude de promoção (17,65%); 3,92% fazem por causa de liquidação, e uma pessoa indicou a opção “Outro”, afirmando que “planeja, mas consome por conveniência” (Tab. 8):

Tabela 8 – Compra de produto não usual

COMPRA DE PRODUTO NÃO USUAL			
%	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
Planejei com antecedência	33,85%	21,57%	28,45%
Tenho necessidade	53,85%	54,90%	54,31%
Está na promoção	9,23%	17,65%	12,93%
Está em liquidação	1,54%	3,92%	2,59%
Tenho crédito pré-aprovado	1,54%	0,00%	0,86%
Outro	0,00%	1,96%	0,86%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

A opção considerada mais saudável, planejar com antecedência, foi apenas a segunda mais escolhida por ambos os grupos, porém os pertencentes ao Grupo 1 fazem isto como muito mais frequência. Se considerar a opção citada junto às compras em promoções e liquidações, que também podem ser tratadas como financeiramente inteligentes, a diferença entre os grupos é mínima, mas o Grupo 1 ainda detém desempenho melhor (1 – 44,62%; 2 – 43,14%).

Os resultados de ambos os grupos indicam uma grande vantagem para uma compra que pode ser classificada como impulsiva, onde o aluno percebe a necessidade, com esta não sendo necessariamente real, pode ser simplesmente criada por campanhas publicitárias, pelas tendências do momento, ou pela própria mente de um consumidor compulsivo (SOUSA; TORRALVO, 2004; MARQUES, 2012). O resultado geral é próximo ao encontrado por Barros e Bonatto (2010), onde os que compravam por necessidade eram 57,6%, enquanto os que planejavam foram 25,12%.

4.2.2 Meio para Realização de Compras a Prazo

O cartão de crédito é o instrumento mais utilizado pelos discentes do Grupo 1 para suas compras a prazo, com consideráveis 58,46%; 20% dos respondentes só compram a vista, 15,38% utilizam o carnê de crediário, enquanto 4,62% indicaram utilizar tanto o carnê como o crediário. No Grupo 2 o percentual de quem faz compras com cartão é de 50,98%; 29,41% compram apenas a vista; 13,73% utilizam crediário e 1,96% fazem por meio de cheque pré-datado, utilizam conjuntamente cheque e cartão e, indicando a opção “Outro”, afirmou que “prefere comprar a vista, usando o crédito como complemento” (Tab. 9):

Tabela 9 – Realização de compras a prazo

REALIZAÇÃO DE COMPRAS A PRAZO			
%	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
Só compro à vista	20,00%	29,41%	24,14%
Cheque pré-datado	1,54%	1,96%	1,72%
Cartão de crédito	58,46%	50,98%	55,17%
Crediário (carnê)	15,38%	13,73%	14,66%
CDC (empréstimo)	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimo consignado	0,00%	0,00%	0,00%
Cartão e Crediário	4,62%	0,00%	2,59%
Cheque e Cartão	0,00%	1,96%	0,86%
Outro	0,00% ⁴	1,96%	0,86%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

O resultado é de certa forma esperado, confirmando como o cartão de crédito é um preponderante instrumento de endividamento utilizado pela população brasileira. Sua vantagem em relação ao carnê, outrora um símbolo de utilização para compras a prazo, principalmente entre a população mais pobre, confirmam este crescimento desenfreado dos últimos anos, e essa popularidade ainda faz mais sentido quando se considera o percentual jovem dos respondentes. Sua preponderância também aparece em pesquisas que medem o endividamento das famílias, como a PEIC, já mostrada anteriormente.

⁴Um discente indicou esta opção no questionário, mas informou só comprar “a vista”, como esta opção existe na questão, optou-se por diminuir 1 na opção “Outro”, e acrescentar 1 na opção “Só compro à vista”.

A opção “saudável”, que seria apenas comprar à vista ainda se apresenta como a segunda mais escolhida, por 24,14%, ultrapassando inclusive o carnê de forma surpreendente, pois é importante salientar que devido às condições ainda inferiores de renda da maioria da população, se mostra muito difícil que esta parcela consiga comprar seus bens sem recorrer ao parcelamento, sendo importante, neste caso, a utilização de um endividamento controlado.

Ainda assim, o resultado é superior ao de Moraes (2013), onde apenas 10,18% dos discentes compravam a vista, enquanto o cartão era utilizado por 62,28% dos respondentes, e também Barros e Bonatto (2010), em que 16,09% compravam apenas a vista, enquanto o cartão foi escolhido por consideráveis 66,03%. Quando comparados os grupos, os hábitos do segundo se mostram melhores, uma vez que os discentes de Direito e Serviço Social compram mais a vista, embora seja uma opção minoritária em ambos.

4.2.3 Percepção de Endividamento

Na terceira pergunta desta parte, foi solicitado para os discentes se os mesmos consideravam-se endividados, em ambos os grupos ampla maioria respondeu que não, mas esta percepção é maior no Grupo 2 (29,41%), aos quais 70,59% não se considera endividado. No Grupo 1 o endividamento é considerado por 16,92% dos discentes, contra 83,08% que não se define assim (Tab. 10):

Tabela 10 – Se considera endividado?

SE CONSIDERA ENDIVIDADO?			
%	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
Sim	16,92%	29,41%	22,41%
Não	83,08%	70,59%	77,59%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

O índice de endividamento entre os que recebem até 2 salários mínimos foi de 24,19%, enquanto entre os que declararam receber dois ou mais esteve em 21,15%. É uma pergunta de teor subjetivo, onde as respostas podem não

corresponder necessariamente à realidade do que se entende por pessoa endividada, sendo apenas a percepção do respondente sobre ele mesmo.

Os resultados indicam melhor situação para os discentes do Grupo 1, mas isto pode significar realmente uma estado financeiro mais adequado, ou então uma pior percepção deste grupo sobre seu momento financeiro atual. Os percentuais das duas perguntas seguintes possibilitarão ter uma melhor ciência do quanto esta resposta corresponde a real situação financeira do indivíduo. Em Moraes (2013) o índice dos que se consideravam endividados foi residualmente menor, estando em 19,76%, mas em relação a Barros e Bonatto (2010) os resultados desta pesquisa foram mais elevados, pois no estudo dos citados o percentual de “sim” foi 26,83%.

4.2.4 Existência de Obrigações em Atraso

Relacionada à anterior, esta pergunta, por sua vez, diz respeito à existência de prestações/obrigações em atraso, ou seja, de inadimplência. No Grupo 1, 86,15% afirmam não terem prestações em atraso, enquanto 13,85% dizem o contrário. No Grupo 2, novamente os resultados são piores que o do grupo anterior, com 23,53% apresentando inadimplência, e 74,51% não; 1,96% não responderam a esta questão (Tab. 11):

Tabela 11 – Prestações em atraso

PRESTAÇÕES EM ATRASO			
%	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
Sim	13,85%	23,53%	18,10%
Não	86,15%	74,51%	81,03%
NR	0,00%	1,96%	0,86%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Embora este trabalho já tenha afirmado que uma pessoa endividada não é necessariamente inadimplente (FRADE *et al.*, 2003), ao contrário do senso comum, os resultados muito parecidos desta questão podem viabilizar a percepção de não endividamento da pergunta anterior. A inadimplência pode ser tida como um

agravamento da situação de endividamento, e ao se relacionar os dois fatores, observa-se que dos que se consideram endividados no Grupo 1, 36,36% relatam inadimplência, frente a 9,26% entre os que não se dizem endividados. No Grupo 2 a situação é mais grave: 60% dos endividados são inadimplentes, enquanto entre os não endividados este percentual é de 8,33%.

Mais uma vez percebe-se melhor situação no Grupo 1. O resultado geral (18,1%) é melhor do que o constatado pela PEIC (20,9%) em relação às famílias brasileiras (CNC, 2014), o índice entre as menores e maiores rendas foi quase o mesmo, estando na faixa dos 19%. Em Moraes (2013) o índice de inadimplentes foi menor (16,17%), enquanto Barros e Bonatto (2010) encontraram um percentual de prestações atrasadas consideravelmente superior a esta pesquisa (28,19%).

4.2.5 Percentual da Renda Comprometido com Dívidas

Importante questionamento que pode ser considerado o verdadeiro definidor sobre o endividamento dos respondentes. Nos dois grupos os resultados se mostraram equilibrados, mas o menor percentual de endividamento foi o mais indicado pelos discentes do Grupo 1 (30,77%), seguido por 21 a 40% e 41 a 60% de dívidas, ambos empatados com 23,08%; 61 a 80% teve 13,85% das respostas, enquanto o percentual extremo de 81 a 100% foi indicado por 6,15%; 3,08% não tinham ciência deste percentual. No Grupo 2 a maioria afirmou ter um percentual alto de dívidas, entre 61 e 80%, indicado por 23,53% dos respondentes; 21,57% tem entre 1 a 20% de comprometimento; 17,65% de 41 a 60%; 13,73% tem de 21 a 40%; 11,76% de 81 a 100%; e, 11,76% afirmaram não saber qual o percentual (Tab. 12):

Tabela 12 – Percentual da renda comprometido com dívidas

PERCENTUAL DA RENDA COMPROMETIDO COM DÍVIDAS			
%	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
1 a 20%	30,77%	21,57%	26,72%
21 a 40%	23,08%	13,73%	18,97%
41 a 60%	23,08%	17,65%	20,69%
61 a 80%	13,85%	23,53%	18,10%
81 a 100%	6,15%	11,76%	8,62%
Não sei	3,08%	11,76%	6,90%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Como dito, estes dados podem definir com clareza a realidade da percepção de endividamento dos discentes, a partir do cruzamento de dados. Os resultados dentre os que informaram saber o percentual de dívidas podem ser divididos em dois subgrupos: um com percentual menor, de até 40% da renda, e um segundo, acima de 40%, onde o comprometimento é mais alto e perigoso.

No Grupo 1, o primeiro subgrupo conta com uma vantagem, 55,56% contra 44,44% do segundo, mas este último detém parte considerável da amostra estudada; Entre os discentes de Direito e Serviço Social, o primeiro subgrupo tem 40% dos discentes, enquanto o segundo comporta 60%. Os 3,08% e 11,76% que disseram não saber mensurar esta porcentagem nos Grupos 1 e 2, respectivamente, podem configurar uma situação ainda pior, onde não existe qualquer tipo de controle sobre os dispêndios.

Definidos estes subgrupos, é possível comparar os resultados dos que se disseram ou não endividados, para se tomar conclusões mais profundas acerca da situação. Dos que se consideraram endividados no Grupo 1, impressionantes 90,91% se localizam em um percentual perigoso de endividamento, mostrando coerência de resultados; entre os que responderam não se considerar endividados, 62,96% estão no subgrupo de patamar inferior (dos quais 35,19% no percentual de 1 a 20%), mas cerca de 33% tem um endividamento superior a 40% da renda. No Grupo 2, 86,67% dos que se consideram endividados tem mais de 40% da renda comprometidos com dívidas; entre os que não se consideram endividados este percentual é 46,67%, enquanto 53,33% estão na parte de até 40% de comprometimento.

O percentual considerável nos dois grupos de pessoas que não se consideram endividadas, mas tem mais de 40% de dívidas em relação aos rendimentos são um indicativo da suposição colocada na questão 3 (ver tópico 5.2.3), onde estas pessoas não tem uma percepção real de sua situação, ou não tem ciência do que pode ser considerado endividamento. Tanto os percentuais desta questão, como os cruzamentos de dados realizados, mostram clara superioridade do Grupo 1.

Entre as rendas, verifica-se que os piores índices de comprometimento manifestam-se entre aqueles que recebem menos (até 2 salários mínimos), faixa em que 51,61% tem 40% ou mais de dívidas; entre os que tem rendimentos de mais que dois salários o percentual é de 42,31%.

Barros e Bonatto (2010) utilizaram uma segmentação diferente de comprometimento (1 a 30%; 31 a 60%; 61 a 90% e 91 a 100%), mas pode se colocar um percentual aproximado de 64,5% dentre os que estavam em um patamar perigoso de dívidas, resultado pior que este estudo (47,41%). Morais (2013) não informou percentuais em seu questionamento, perguntando apenas se o discente sabia mensurar a citada quantidade, onde 59,88% responderam que não, algo consideravelmente superior ao encontrado nessa pesquisa.

4.2.6 Pagamento de Prestações e Obrigações

Em seguida, os discentes foram questionados sobre como costumam pagar suas prestações. No Grupo 1, mais da metade afirmaram pagar no dia do vencimento (55,38%), enquanto 41,54% fazem este pagamento de forma antecipada; somente 3,08% pagam suas contas quando estas já estão vencidas; Em relação ao Grupo 2, os que pagam as contas no dia do vencimento são 76,47% , quando apenas 17,65% pagam antecipadamente; 3,92% pagam de forma atrasada, e 1,96% não respondeu (Tab. 13):

Tabela 13 – Pagamento das obrigações

PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES			
%	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
Antecipado	41,54%	17,65%	31,03%
No dia	55,38%	76,47%	64,66%
Atrasado	3,08%	3,92%	3,45%
Não Respondeu	0,00%	1,96%	0,86%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Os percentuais dos que afirmar pagam suas obrigações de forma atrasada são ínfimos nos dois grupos, com pequena vantagem para o 1, mas os participantes deste grupo tem maior frequência no pagamento antecipado das dívidas do que aqueles do Grupo 2. Morais (2013) apresentou índices melhores de pagamento antecipado (53,89%) e menores de quitação com atraso (1,2%); Barros e Bonatto (2010), por sua vez, tiveram como resultados apenas 11,75% de pagamento antecipado, e 7,61% referentes ao pagamento com atraso.

4.2.7 Ferramenta de Controle dos Gastos

A ferramenta de controle mais utilizada pelos discentes do Grupo 1 é o caderno de anotações, com 35,38% das preferências, seguido pela planilha eletrônica, que tem percentual de 23,08%; 18,46% disseram não realizar qualquer tipo de controle; 10,77% controlam por meio da fatura do cartão de crédito; 4,62% utilizam um software computacional com finalidade específica; dois discentes afirmaram utilizar mais de um tipo de controle: um deles o faz por meio de caderno de anotações e planilha, outro através do caderno e da fatura do cartão de crédito. Por fim, um discente marcou a opção “Outro”, explicitando que tentava controlar, mas sem sucesso, sem especificar qual ferramenta utilizaria.

No Grupo 2, o caderno de anotações é ainda mais preponderante nas preferências, tendo 47,06% delas; os discentes que não controlam os gastos formam 25,49% dos respondentes; 7,84% controlam pela fatura do cartão de crédito; 3,92% por meio de planilha, o mesmo percentual por uma combinação de caderno, extrato da conta e fatura do cartão; 1,96% controla apenas por meio do extrato da

conta bancária; 9,80%, ou cinco discentes, indicaram a opção “Outro”, um discente afirmou que controla “não fazendo contas ou dívidas”, um não indicou que tipo de controle realizaria, e para outros três este controle é feito de maneira mental, ou através da memória (Tab. 14):

Tabela 14 – Controle dos gastos mensais

CONTROLE DOS GASTOS MENSAIS			
%	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
Não controlo	18,46%	25,49%	21,55%
Caderno de anotações	35,38%	47,06%	40,52%
Planilha eletrônica	23,08%	3,92%	14,66%
Extrato da conta bancária	3,08%	1,96%	2,59%
Fatura do cartão de crédito	10,77%	7,84%	9,48%
Software específico	4,62%	0,00%	2,59%
Caderno e Planilha	1,54%	0,00%	0,86%
Caderno e Fatura	1,54%	0,00%	0,86%
Caderno + Extrato + Fatura	0,00%	3,92%	1,72%
Outro	1,54%	9,80%	5,17%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Na análise destes dados, impressiona a liderança de um meio rústico e tradicional como o simples caderno de anotações em comparação a planilha eletrônica. No Grupo 2 este último é um meio utilizado por menos de 4% dos discentes, ficando atrás inclusive da fatura do cartão de crédito, uma ferramenta não adequada para controle. É um resultado que vai à contramão do crescimento da inserção da população brasileira no mundo da computação, mais ainda quando o público da pesquisa é jovem e universitário.

Nesta questão também se pode fazer uma segmentação em subgrupos dentre os que controlam seus gastos de alguma forma. Em um deles estariam os que utilizam uma ferramenta adequada para tal (caderno, planilha e software), considerada assim por ser um tipo de meio destinado especificamente para o processo, ou que permitem o individuo construir uma forma de controle, podendo alterá-lo e atualizá-lo a sua vontade; e, em um segundo subgrupo, os que utilizam ferramentas inadequadas, que não são destinadas para controle de gastos e não podem ser alteradas por quem as utiliza, neste caso o extrato da conta ou a fatura do cartão.

No Grupo 1 existe uma preferência por ferramentas corretas de controle (82,69%) em relação às inadequadas (17,31%)⁵. No Grupo 2 a porcentagem dos que utilizam ferramentas corretas é de 81,82%, ante 18,18%⁶ que utilizam tipos inadequados. Relacionados nível de renda e percentual de controle, os grupos indicam que os que recebem mais também mantêm maior controle sobre seus gastos, ou seja, quem deveria ter mais cuidado com os dispêndios não está tendo. No Grupo 1, 75% dos que ganham mais de dois salários controlam as despesas, enquanto entre os de 2 salários ou menos o percentual é de 70,97%. No Grupo 2 a comparação é equilibrada, tendo 65% de controle para os de maior renda, ante 64,52% para quem tem rendimentos menores.

Pode ser verificada também a relação entre o controle de gastos e o percentual da renda comprometido com dívidas. No Grupo 1, por exemplo, dos que afirmaram ter dívidas de até 40% da renda, 80% utilizam alguma ferramenta de controle, contra 20% que não o fazem⁷, mas o surpreendente é que os que tem um endividamento superior a 40% controlam ainda mais, em 82,14% dos casos, onde 17,86% não realizam controle.

No Grupo 2 a discrepância é ainda maior, entre os de razão endividamento/receita mais baixa, o controle é praticado por 66,67%, enquanto 33,33% não realizam; Os endividados acima de 40% dos rendimentos fazem controle em 74,07% das vezes, enquanto 25,93% não tem este hábito. São percentuais que permitem questionar a efetividade de resultados do controle que estes alunos estão fazendo.

Denota-se que o Grupo 1 tem um desempenho superior ao 2 também no controle de gastos, tendo menos discentes que não realizam nenhum tipo de controle, com também um percentual pouco maior nos que utilizam ferramentas corretas para esta tarefa. Em Moraes (2013) o caderno de anotações também é o mais indicado (47,9%), seguido pela fatura do cartão de crédito (16,17%)⁸. Barros e

⁵ A opção “Caderno e Fatura” foi incluída no primeiro grupo, já que neste caso entende-se a utilização do caderno de anotações como meio principal, e a fatura apenas como uma ferramenta complementar.

⁶ Um dos discentes que indicou as ferramentas “Caderno, Extrato e Fatura” foi classificado de modo semelhante à nota 1. Outro ficou no grupo de ferramentas inadequadas, uma vez que indicou de modo claro a preponderância da fatura entre as três.

⁷ A opção “G” foi incluída neste percentual em todas as segmentações, uma vez que todos que indicaram esta letra não citaram ferramenta para controle, no máximo um modo intangível, como a mente.

⁸ Em Moraes (2013) esta questão tem algumas alterações, a mais significativa é que a autora não indica a opção “não controlo”.

Bonato (2010) é o único estudo, dentre os pesquisados, em que a planilha eletrônica ocupa a liderança de utilização, tendo 33,6% das preferências, com o caderno obtendo um percentual de 19,87%.

Como o segundo estudo teve o público de uma universidade do Rio Grande do Sul, enquanto tanto Moraes (2013) como esta pesquisa foram realizadas no mesmo *campus*, portanto mesma região, a preferência de ferramenta pode ter características geográficas e culturais. Barros e Bonatto (2010) ainda encontraram um percentual menor entre os que não realizam controle de gastos (16,45%).

4.2.8 Planejamento Financeiro Realizado

Quanto ao tipo de planejamento financeiro que os discentes realizam, o de periodicidade mensal deteve maior percentual no Grupo 1, escolhido por 47,69% dos respondentes; 20% não fazem qualquer tipo de planejamento, enquanto 16,92% planejam para um objetivo específico; 9,23% fazem dois tipos de planejamento, mensal e conforme objetivo; 3,08% planejam anualmente, 1,54% para um período superior a 1 ano, e também 1,54% planejam tanto de forma mensal como para mais de um ano. Dentro do Grupo 2, o planejamento mensal também é o mais realizado, por 31,37% dos discentes; 29,41% realizam conforme um objetivo; 25,49% não planejam; 11,76% fazem a forma mensal e também conforme objetivo específico, e 1,96% planejam tanto mensalmente como anualmente (Tab. 15):

Tabela 15 – Planejamento financeiro realizado

PLANEJAMENTO FINANCEIRO REALIZADO			
%	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
Não faço planejamento	20,00%	25,49%	22,41%
Planejo mensalmente	47,69%	31,37%	40,52%
Planejo anualmente	3,08%	0,00%	1,72%
Planejo conforme um objetivo	16,92%	29,41%	22,41%
Planejo para mais de um ano	1,54%	0,00%	0,86%
Mensal e conforme objetivo	9,23%	11,76%	10,34%
Mensal e para mais de 1 ano	1,54%	0,00%	0,86%
Mensalmente a anualmente	0,00%	1,96%	0,86%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Os dados mostram que o planejamento por um período regular, opção mais saudável, é majoritário no Grupo 1, sendo praticado por 63,08% dos discentes, enquanto 36,92% não planejam ou ele é feito de forma esporádica, conforme um objetivo qualquer; em relação ao Grupo 2, isto não ocorre, com o planejamento regular sendo praticado por somente 45,10% dos alunos, quando 54,90% não tem este costume.

Realizou-se um cruzamento de dados entre os que não controlam os gastos, verificados na questão anterior e os que não fazem planejamento, duas opções que tiveram percentuais semelhantes ou aproximados nos dois grupos de discentes, visando verificar se existe ausência total de controle financeiro entre estes indivíduos. No Grupo 1, aproximadamente 67% que não controlam os gastos, não fazem planejamento financeiro, enquanto entre os que realizam este percentual é de apenas 9,62%, contra mais de 90% que planeja. O Grupo 2 mostra diferenças menos significativas, ainda assim, entre os que não controlam os gastos, 53,85% fazem planejamento financeiro (46,15% não realizam), percentual que se eleva para 78,79% em relação aos que controlam seus dispêndios (21,21% não realizam).

Assim como feito para a questão anterior, se analisou um comparativo entre o percentual comprometido da renda e o ato de planejar. No Grupo 1 os que tem maior percentual comprometido com dívidas também planejam mais (92,86%), enquanto os de menor percentual planejam em 71,43% dos casos, fato semelhante ao cruzamento da questão anterior e que indicam um planejamento não muito eficaz quanto a este aspecto. Mas no Grupo 2 os percentuais estão adequados aos hábitos, 88,89% dos que tem dívidas de 40% ou menos da renda planejam, o mesmo ocorre com 62,96% dos que tem obrigações superiores a 40%.

O percentual de planejamento entre as maiores rendas familiares do Grupo 1 é de 84,38%, enquanto das menores é 77,42%, resultado preocupante, uma vez que os que ganham menos deveriam ter maior preocupação sobre o direcionamento de suas finanças. O Grupo 2 tem resultados melhores: entre os que ganham mais de dois salários mínimos, o planejamento é realizado por 70%, enquanto dos discentes de rendimentos menores que isto planejam em 77,42% dos casos. Como os índices de planejamento e de planejamento por período regular denotam, o Grupo 1 apresenta resultados melhores que o Grupo 2. Em Moraes (2013), o índice dos que planejam foi de 87,43%, mostrando-se superior a esta pesquisa (77,59%).

4.2.9 Finalidade das Bonificações

Questionou-se sobre a finalidade de bonificações que os trabalhadores recebem comumente durante o ano, a exemplo do 13º salário (obrigatório por lei) e PLR (Participação nos Lucros e Resultados, existente em várias empresas). 40% dos respondentes do Grupo 1 afirmaram aproveitar este dinheiro para realizar um objetivo planejado; 20% investem esta remuneração adicional; 16,92% aproveitam para antecipar o pagamento de obrigações; 7,69% quitam obrigações em atraso; 4,62% gastam em compras; 1,54% tanto antecipa o pagamento de dívidas como realiza um objetivo planejado; também 1,54% afirmou gastar em compras e colocou a opção “Outro”, citando o gasto em diversão. Cinco discentes citaram a opção “Outro”, mencionando motivos não presentes na questão, três deles afirmaram não receber estes tipos de bonificações, 1 disse que gastava em viagens, e outro que “tentava poupar”.

No Grupo 2, 29,41% realizam objetivo planejado; 17,65% quitam obrigações em atraso; 15,69% antecipam o pagamento de obrigações; 13,73% utilizam em investimentos; 11,76% gastam em compras; 1,96% foi o percentual de discentes que indicaram tanto antecipar o pagamento de obrigações como realizar objetivo planejado; investir ou antecipar pagamento de obrigações; quitar prestações atrasadas e gastar em compras; e gastar em compras e realizar objetivo planejado; 3,92% citaram a opção “Outro”, ou seja, dois discentes, que indicaram não receberem bonificações (Tab. 16):

Tabela 16 – Finalidade principal das bonificações

FINALIDADE PRINCIPAL DAS BONIFICAÇÕES			
%	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
Invisto	20,00%	13,73%	17,24%
Quito obrigações em atraso	7,69%	17,65%	12,07%
Antecipo pagamento de obrigações	16,92%	15,69%	16,38%
Gasto em compras	4,62%	11,76%	7,76%
Realizo um objetivo planejado	40,00%	29,41%	35,34%
Antecipo pagamento e Realizo objetivo	1,54%	1,96%	1,72%
Gasto em compras + Outro	1,54%	0,00%	0,86%
Invisto e Antecipo pagamento	0,00%	1,96%	0,86%
Quito prest. atras. e Gasto em compras	0,00%	1,96%	0,86%
Gasto em compras e realizo objetivo	0,00%	1,96%	0,86%
Outro	7,69% ⁹	3,92% ¹⁰	6,03%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Como mostrado, a opção mais utilizada nos dois grupos para destinação dos recursos do 13º salário e afins está ligada ao planejamento, com mais ênfase no 1. Ao considerar esta opção com os que investem ou antecipam o pagamento das obrigações, vê-se que quase 80% dos discentes do Grupo 1 utilizam de forma mais consciente este recurso que recebem uma vez por ano, no Grupo 2 o percentual é de 62,75%.

Realizando um cruzamento entre os dados sobre planejamento e finalidade dada as bonificações, observa-se que no Grupo 1, entre os que realizam planejamento financeiro, 86,54% fazem destinações mais saudáveis para as remunerações extras; quem não realiza planejamento faz o mesmo em um percentual de 61,54%. No Grupo 2, 71,05% dos que realizam planejamento financeiro dão destinações positivas, enquanto entre os que não planejam, apenas 38,46% dos discentes tem esta atitude. É concluído então que o Grupo 1 mostra-se superior em resultados também quanto as bonificações. Em Moraes (2013) a principal opção indicada foi a antecipação do pagamento de obrigações, com

⁹ Um total de nove discentes indicaram motivos diversos como destinação, mas um discente afirmou que realizava “aplicação financeira”, e três deles mencionaram o termo “poupança”. Desta forma, reduziu-se esta opção em quatro, e acrescentou-se o mesmo número na opção “Invisto”. Como mencionado, um afirmou que tenta poupar, mas como esta opção não se permite concluir se o dinheiro é colocado na caderneta de poupança ou apenas é guardado, preferiu-se por manter na opção “Outro”.

¹⁰ 4 discentes indicaram esta opção no Grupo 2, mas dois deles citaram que colocavam na poupança, então reduziu-se a opção “Outro” em dois, e foi acrescido este mesmo número na opção “Invisto”.

22,88%, enquanto em Barros e Bonatto (2010) a maior destinação foi investimento (23,62%).

4.2.10 Investimento

A última pergunta relacionada às práticas financeiras diz respeito aos hábitos de investimento dos discentes. A maior parte do Grupo 1 afirmou aplicar na caderneta de poupança (43,08%), mas parcela muito próxima não tem nenhum tipo de investimento (41,54%); 7,69% investe em imóveis para venda e locação; 1,54% investe em títulos públicos; também 1,54% aplica tanto em títulos como na poupança, e um discente escolheu a opção outro, descrevendo que investe em “bens móveis”; 3,08% não responderam, ou o fizeram de forma incorreta.¹¹

Mais da metade do Grupo 2, por outro lado, não tem investimentos (56,86%), seguidos pelos que aplicam em caderneta de poupança (27,45%); 3,92% investem em imóveis; 1,96% realizam uma combinação de poupança, ações e imóveis, como também de poupança e imóveis; o mesmo percentual indica os que não assinalaram respostas; 3 discentes (5,88%) marcaram a opção “Outro”, sendo que um deles afirmou investir em “consórcio”, 1 em “marketing multinível”, e um em “moto e terreno” (Tab. 17):

¹¹ Um discente assinalou duas opções ao mesmo tempo, afirmando que não investia e aplicava em um Certificado de Depósito Bancário (CDB), a resposta então foi desconsiderada.

Tabela 17 – Posse de investimentos

POSSE DE INVESTIMENTOS			
%	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
Não tenho investimentos	41,54%	56,86%	48,28%
Caderneta de poupança	43,08%	27,45%	36,21%
CDB	0,00%	0,00%	0,00%
Títulos públicos	1,54%	0,00%	0,86%
Ações	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	7,69%	3,92%	6,03%
Poupança e Títulos	1,54%	0,00%	0,86%
Poupança + Ações + Imóveis	0,00%	1,96%	0,86%
Poupança e Imóveis	0,00%	1,96%	0,86%
Outro	1,54%	5,88%	3,45%
Não respondeu/incorreto	3,08%	1,96%	2,59%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Os resultados do Grupo 1 são melhores, mostrando uma divisão quase igual entre discentes que não investem e outros que são muito conservadores, aplicando dinheiro em uma opção que rende ganhos irrisórios e até mesmo inferiores a inflação, desta forma, percebe-se que os objetivos destes últimos são basicamente a guarda do dinheiro, não seu crescimento. O Grupo 2 apresenta percentuais menos animadores, uma vez que os investidores são minoritários.

O resultado geral entre os pesquisados mostram uma relação equilibrada entre investidores e não investidores, indicando 49,14% para os que investem e 50,86% para quem não investe, resultado superior a Costa Júnior e Lemenhe (2013) que realizaram pesquisa em todas as turmas de Administração e Ciências Contábeis, onde 61,70% afirmaram não investir, contra 38,30% que investiam¹².

Se consideradas apenas as pessoas que realizam algum tipo de investimento, a poupança (sozinha ou em conjunto a outro tipo) é a opção de 78,95% dos respondentes, seguida por imóveis (também sozinho ou em conjunto a outro) com 15,79%. Considerando-se apenas os investimentos bancários (exclui-se imóveis), a poupança ocupa 91,30% das preferências, em Costa Júnior e Lemenhe (2013) o percentual foi de 92,21%. Semelhantemente a Costa Júnior e Lemenhe (2013), Moraes (2013) apresentou uma maioria de não investidores de 61,08%; entre os

¹² Ressalta-se que Costa Júnior e Lemenhe (2013) consideraram apenas investimentos vinculados a conta bancária, ou seja, não se considerava opções como "Imóveis", além disto não eram listadas nenhuma opção de investimento, apenas se era investidor ou não.

investidores a poupança foi a mais escolhida, porém o percentual é de apenas 60%. Em Barros e Bonatto (2010) os não investidores foram 53,03%.

Em relação ao planejamento não há surpresas, no Grupo 1 quem realiza algum tipo de planejamento financeiro é em sua maioria investidor (61,54% investem), quem não realiza também não aplica seu dinheiro (61,54% não investem). No Grupo 2, quem planeja não é investidor de forma majoritária, mas tem resultados melhores do que os que não planejam (47,37% investem entre os que planejam, 23,08% entre os que não planejam).

4.2.11 Práticas Financeiras: Comparação entre Cursos

No Grupo 1, quando se comparam internamente as práticas financeiras entre os discentes de Administração e Ciências Contábeis, vê-se que os estudantes do primeiro curso levam clara vantagem com relação a saúde nas finanças, resultado inverso ao de Moraes (2013). Os alunos de Administração planejam mais, quando da compra de produto não usual (43,75%); compram mais a vista (21,88%); se consideram menos endividados (87,5%); tem menos prestações em atraso (87,5%); tem percentuais menores da renda comprometidos com dívidas (56,25%); controlam mais seus gastos (90,63%); planejam mais suas finanças (81,25%); destinam mais positivamente suas bonificações (84,38%); por fim, investem mais (56,25%). Os alunos de Contábeis tem uma vantagem irrisória em apenas uma questão, sobre o pagamento das prestações em dia (96,97%) (Tab. 18).

Dentro do Grupo 2, os alunos de Direito se saem melhor em sete das 10 questões sobre práticas financeiras: eles compram mais a vista (31,82%); se consideram menos endividados (81,82%); tem percentuais menores da renda comprometidos com dívidas (36,36%); pagam mais as prestações antes ou na data do vencimento (95,45%); planejam mais financeiramente (86,36%); destinam as bonificações de forma mais saudável (68,18%); e investem mais (45,45%). Os discentes de Serviço Social têm práticas melhores em três quesitos: na compra de produto não usual, planejam mais (24,14%); tem menos obrigações em atraso (95,45%); e controlam mais seus gastos (72,41%) (Tab. 18).

Na comparação entre os quatro cursos, Administração detém os melhores resultados em mais da metade da parte sobre práticas financeiras, se sobressaindo nas questões 1, 3, 5, 7, 9 e 10; os alunos de Ciências Contábeis tem o melhor aproveitamento na questão 6, Direito nas questões 2 e 8, e Serviço Social apenas na questão 4. A tabela 18 ilustra estes dados:

Tabela 18 – Práticas financeiras: comparativo entre cursos

COMPARATIVO ENTRE CURSOS				
Q	ADM.	CONT.	DIREITO	S. SOCIAL
Planeja com antecedência	43,75%	24,24%	18,18%	24,14%
Compra a vista	21,88%	18,18%	31,82%	27,59%
Não está endividado	87,50%	78,79%	81,82%	62,07%
Não tem prestações em atraso	87,50%	84,85%	77,27%	95,45%
Tem percentual de 40% ou menos de dívidas	56,25%	51,52%	36,36%	34,48%
Paga as dívidas antecipadamente ou no dia do vencimento	96,88%	96,97%	95,45%	93,10%
Controla seus gastos	90,63%	69,70%	54,55%	72,41%
Faz planejamento financeiro	81,25%	78,79%	86,36%	65,52%
Destina positivamente suas bonificações	84,38%	69,70%	68,18%	58,62%
Tem investimentos	56,25%	54,55%	45,45%	37,93%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

4.3 Conhecimentos Financeiros

A última parte do questionário se diferiu das duas primeiras, constituindo-se como um teste de conhecimentos financeiros formado por 10 questões retiradas e adaptadas do artigo escrito por Chen e Volpe (1998). Os respondentes não marcaram conforme suas ações financeiras da vida real visando à análise das práticas mais adotadas, mas sim buscaram raciocinar sobre a resposta correta existente ali. A análise que se seguirá será baseada no nível de acertos de cada grupo, bem como do total geral de alunos.

As perguntas se relacionaram a assuntos como benefícios da alfabetização financeira, liquidez de ativos, investimentos, patrimônio líquido, inadimplência, cartões de crédito, seguros e aposentadoria. Os resultados serão classificados conforme a escala utilizada por Chen e Volpe (1998), onde mais de 80% de acertos configuram nível de conhecimento elevado sobre a questão, 60 a 79% significam

nível de conhecimento médio, e menos de 60% nível de conhecimento baixo. De acordo com esta análise, os discentes podem ser classificados como com conhecimento elevado na questão sobre inadimplência (82,76% de acertos) e saldo de investimento (80,17%), tendo conhecimento médio em relação a liquidez de ativos (67,24%) e risco de investimento (77,59%). Por fim, conhecimento insuficiente quanto a benefícios da alfabetização financeira (30,17%), patrimônio líquido (44,83%), cartões de crédito (24,14%), indicação de investimento de alto risco (34,48%), seguros (57,76%) e aplicação para aposentadoria (50,86%).

O percentual total de acertos foi de 60,15% para o Grupo 1 e 48,43% para o Grupo 2, o que implica dizer que o conhecimento financeiro dos alunos de Administração e Ciências Contábeis, estando no nível médio, é superior aos de Direito e Serviço Social, que tem classificação insuficiente. No quadro geral de discentes, o conhecimento médio deteve o patamar de 55%, se mostrando superior ao encontrado por Chen e Volpe (1998) entre os universitários americanos (52,87%), mostrando que, embora os Estados Unidos estejam muito mais avançados no desenvolvimento de seu sistema financeiro, na inserção da educação financeira em seus currículos escolares (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007), ou mesmo no nível educacional geral, ambos os países têm problemas em relação à preparação financeira de seus universitários. Ressalta-se, porém, o fato de haver um hiato de 14 anos entre os dois estudos, onde os índices americanos podem ter melhorado.

4.3.1 Benefícios da Alfabetização Financeira

Foram listadas algumas opções sobre como a alfabetização financeira pode ajudar uma pessoa: “A. evitar ser vítima de fraudes financeiras; B. comprar o tipo certo de seguro para proteger você de um risco catastrófico; C. aprender a investir para satisfazer suas necessidades futuras; D. levar uma vida financeiramente segura através da formação de hábitos saudáveis; E. todos os itens acima”. Nenhuma das afirmações está incorreta, portanto a letra “E” deveria ser marcada. Foi uma das questões em que o Grupo 1 teve sua pontuação mais baixa, com 27,69% de acertos, enquanto o Grupo 2 obteve nível de acertos superior (33,33%), mas ainda assim baixo (Tab. 19):

Tabela 19 – Benefícios da alfabetização financeira

BENEFÍCIOS DA ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA			
OPÇÃO	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
A	6,15%	1,96%	4,31%
B	0,00%	0,00%	0,00%
C	27,69%	25,49%	26,72%
D	35,38%	37,25%	36,21%
E	27,69%	33,33%	30,17%
NR	3,08%	1,96%	2,59%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Talvez uma das explicações para o resultado insuficiente neste questionamento esteja pelo fato de envolver uma charada, ao qual não existe resposta incorreta, quando os alunos procuraram justamente por apenas uma correta. São perguntas que exigem uma atenção e raciocínio maior.

4.3.2 Liquidez de Ativos

Esta questão compara uma relação de ativos questionando qual deles teria mais liquidez (facilidade de converter-se em dinheiro): “A. dinheiro em um CDB; B. dinheiro em uma conta corrente; C. um carro; D. um computador; E. uma casa”. A resposta correta respondia pelo dinheiro na conta corrente, ao qual depende apenas do esforço para sacá-lo. Os respondentes do Grupo 1 tiveram um desempenho médio, com 73,85% de acertos, enquanto os do Grupo 2 apresentaram conhecimento insuficiente, tendo 58,82% (Tab. 20):

Tabela 20 – Liquidez de ativos

ATIVO MAIS LIQUIDO			
OPÇÃO	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
A	16,92%	25,49%	20,69%
B	73,85%	58,82%	67,24%
C	0,00%	0,00%	0,00%
D	1,54%	0,00%	0,86%
E	6,15%	11,76%	8,62%
NR	1,54%	3,92%	2,59%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

4.3.3 Investimento Mais Arriscado

Solicitou-se que os discentes indicassem dentre um leque de opções de investimento, qual seria a que detinha mais risco para os investidores: “A. caderneta de poupança; B. CDB; C. letra do tesouro nacional; D. ações de uma companhia aberta; E. fundos de investimento de curto prazo”. As ações são o tipo de investimento de mercado que reúnem mais risco em si, devido a serem negociadas na Bolsa de Valores, um mercado sujeito a muitas instabilidades, e que por isto oferecem a perspectiva de retorno mais elevada. O conhecimento do Grupo 1 foi de 86,15%, mostrando-se satisfatório, mas no Grupo 2 ele ficou em um patamar mediano, com 66,67% (Tab. 21):

Tabela 21 – Investimento mais arriscado

INVESTIMENTO MAIS ARRISCADO			
OPÇÃO	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
A	1,54%	3,92%	2,59%
B	3,08%	1,96%	2,59%
C	3,08%	5,88%	4,31%
D	86,15%	66,67%	77,59%
E	6,15%	19,61%	12,07%
NR	0,00%	1,96%	0,86%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

4.3.4 Patrimônio Líquido

Questão relacionada à definição de patrimônio líquido pessoal, sendo apresentadas as seguintes opções: “A. diferença entre as suas despesas e receitas; B. diferença entre os seus ativos e passivos; C. diferença entre o fluxo de caixa e saída; D. diferença entre os seus empréstimos bancários e poupança; E. nenhuma das opções acima”. A resposta correta é a letra B, onde o patrimônio líquido envolve ativos (direitos) e passivos (obrigações). O nível de conhecimento do Grupo 1 foi intermediário, com 63,08%, enquanto entre o Grupo 2 o nível de acertos se mostrou muito baixo, estando em apenas 21,57% (Tab. 22):

Tabela 22 – Definição de patrimônio líquido

DEFINIÇÃO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
OPÇÃO	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
A	26,15%	52,94%	37,93%
B	63,08%	21,57%	44,83%
C	3,08%	1,96%	2,59%
D	1,54%	3,92%	2,59%
E	6,15%	17,65%	11,21%
NR	0,00%	1,96%	0,86%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Nota-se que boa parte dos discentes que erraram nos dois grupos optou pela opção “A”, que coloca o PL como a diferença entre receitas e despesas, o que permite concluir que eles têm uma ideia do significado, mas esta se prende exclusivamente ao senso comum, não se dando conta que ativos e passivos envolvem mais do que ganhos e perdas monetárias, como também o patrimônio pessoal, contas a receber e contas a pagar (MORAES JUNIOR, 2011).

4.3.5 Inadimplência

Os discentes foram solicitados a responder sobre que opção não constituía um caso de descontrole de gastos: “A. você escreve cheques com mais do que tem disponível em sua conta corrente; B. seu salário mensal é de R\$ 500,00 e a fatura do cartão é de R\$ 1.000,00; C. você costuma receber cobranças de várias agências; D. o seu pagamento mensal da dívida é de 30% do seu salário líquido; E. você paga o valor mínimo da fatura do cartão de crédito”. Apenas a opção “D” não apresenta uma situação clara de descontrole nas finanças, por isto mesmo o desempenho do Grupo 1 foi elevado, estabelecendo-se em 86,15% de acertos, no Grupo 2, embora muito próximo de estar na classificação elevada, o patamar foi considerado médio, com 78,43%, sendo a questão de melhor desempenho dentre a segmentação citada (Tab. 23):

Tabela 23 – Descontrole de gastos

DESCONTROLE DE GASTOS			
OPÇÃO	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
A	3,08%	1,96%	2,59%
B	4,62%	7,84%	6,03%
C	0,00%	0,00%	0,00%
D	86,15%	78,43%	82,76%
E	6,15%	7,84%	6,90%
NR	0,00%	3,92%	1,72%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

4.3.6 Saldo de Investimento

Foi descrita uma situação hipotética em que se investiam R\$ 1.000,00, rendendo 4% de juros por um ano, questionando-se sobre o saldo final deste investimento. As opções eram: “A. maior se os juros são compostos por dia, em vez de mensalmente; B. maior se os juros são compostos trimestralmente, em vez de semanalmente; C. maior se os juros são compostos anualmente, em vez de trimestralmente; D. R\$ 1.040,00, não importa como os juros são computados; E. R\$ 1.000,00, não importa como os juros são computados”. Devido à questão não indicar claramente se os juros são proporcionais ou equivalentes, optou-se por considerar

corretas as respostas correspondentes a duas opções, “A” e “D”, após ponderações entre o pesquisador e o orientador, uma vez que o artigo original da pergunta (CHEN E VOLPE, 1998) não faz a indicação da resposta certa. O Grupo 1 teve percentual elevado de acertos, com um total de 83,08%, enquanto o Grupo 2 apresentou-se no patamar médio, com 76,47%.

Tabela 24 – Saldo de investimento

SALDO DE INVESTIMENTO			
OPÇÃO	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
A	41,54%	43,14%	42,24%
B	4,62%	7,84%	6,03%
C	9,23%	13,73%	11,21%
D	41,54%	33,33%	37,93%
E	1,54%	0,00%	0,86%
NR	1,54%	1,96%	1,72%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

4.3.7 Cartões de Crédito

Na pergunta referente aos cartões de crédito, questionou-se qual informação dentre as citadas seria falsa, foram elas: “A. você pode usar o cartão de crédito para receber um adiantamento em dinheiro; B. Se o saldo do cartão de crédito é de R\$ 1.000,00, e você paga R\$ 300,00, os juros são cobrados sobre o saldo devedor de R\$ 700,00; C. a taxa de juros no cartão de crédito é normalmente maior do que você pode ganhar em um CDB; D. a empresa de cartão de crédito não vai cobrar juros, se você pagar a totalidade do saldo na data de vencimento; E. você não pode gastar mais do que sua linha de crédito”. A opção “A” deveria ser escolhida, uma vez que o máximo que se pode realizar com um cartão é um saque em dinheiro, mas não como adiantamento de alguma coisa. Acabou sendo uma das três questões em que o desempenho do Grupo 1 decaiu abaixo dos 30%. O Grupo 2 também teve seu pior desempenho nesta questão, com apenas 19,61% de acertos (Tab. 25):

Tabela 25 – Cartão de crédito

CARTÃO DE CRÉDITO			
OPÇÃO	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
A	27,69%	19,61%	24,14%
B	20,00%	17,65%	18,97%
C	16,92%	13,73%	15,52%
D	15,38%	25,49%	19,83%
E	16,92%	21,57%	18,97%
NR	3,08%	1,96%	2,59%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Os percentuais em todas as opções denotam equilíbrio, e demonstram desconhecimento sobre cartões de crédito, uma vez que três das erradas dispõem sobre conceitos básicos do mesmo, uma delas, por exemplo, compara os juros cobrados, que são muito altos, com os remunerados em um Certificado de Depósito Bancário, aplicação conservadora que tem um rendimento considerado baixo.

No Grupo 2 as opções “D” e “E” inclusive superam o nível de acertos da correta. É algo grave, pois como já mostrado neste trabalho (ver tópico 4.2.2), o cartão é um meio de pagamento que ganha muita força no país, principalmente entre os jovens e as pessoas que ascenderam de renda nos últimos anos (CNC, 2014; DONADIO; CAMPANARIO; RANGEL, 2012), ou seja, implica dizer que muitas pessoas estão sujeitas a uma utilização errada do mesmo, podendo prejudicar seriamente suas finanças.

4.3.8 Investimento de Alto Risco

Questão que dispõe sobre a adequação de uma estratégia de alto risco e retorno para um público específico, que seria: “A. um casal de idosos aposentados vivendo com uma renda fixa; B. um casal de meia-idade que necessitam de fundos para a educação de seus filhos em dois anos; C. um jovem casal sem filhos; D. todos os anteriores, porque todos eles precisam de alto retorno; E. nenhuma das opções acima, porque eles são igualmente avessos ao risco”. A opção correta se

materializa na letra C, pois o investimento de alto risco é indicado para pessoas mais jovens que buscam o longo prazo, sem grandes exigências de tempo, podendo recuperar-se de perdas que possam vir a ocorrer. O índice de acertos dos dois grupos se mostraram novamente insuficientes, estando em 38,46% no Grupo 1, enquanto no Grupo 2 foi de 29,41% (Tab. 26):

Tabela 26 – Investimento de alto risco

INVESTIMENTO DE ALTO RISCO			
OPÇÃO	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
A	16,92%	9,80%	13,79%
B	13,85%	5,88%	10,34%
C	38,46%	29,41%	34,48%
D	4,62%	21,57%	12,07%
E	26,15%	31,37%	28,45%
NR	0,00%	1,96%	0,86%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

As percentagens das demais opções ilustram também um conhecimento insuficiente sobre investimentos. A opção “E” foi a segunda mais escolhida no Grupo 1, e a líder no Grupo 2, afirmando que todos os públicos têm aversão igual ao risco, algo agudamente equivocado que dispõe sobre segmentos tão distintos possuírem o mesmo comportamento conservador.

4.3.9 Seguros

A nona questão do teste discorre sobre a razão de um indivíduo comprar um seguro. As opções foram: “A. protegê-lo de uma perda recentemente incorrida; B. fornecê-lo um excelente retorno de investimento; C. protegê-lo de uma perda catastrófica; D. protegê-lo de pequenas perdas acidentais; E. melhorar seu padrão de vida mediante a apresentação de reivindicações fraudulentas”. Como nas outras perguntas, de modo não custoso se identificaria a opção “C” como correta, uma vez que o seguro geralmente é pago como proteção a perda inesperada de um bem valioso. Embora mais da metade do Grupo 1 tenha escolhido esta opção, o

percentual de 52,31% está na classificação “insuficiente”, o Grupo 2, por sua vez, alcança um patamar médio, com 64,71% de acertos (Tab. 27):

Tabela 27 – Compra de seguro

COMPRA DE SEGURO			
OPÇÃO	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
A	9,23%	3,92%	6,90%
B	3,08%	7,84%	5,17%
C	52,31%	64,71%	57,76%
D	32,31%	17,65%	25,86%
E	3,08%	3,92%	3,45%
NR	0,00%	1,96%	0,86%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

4.3.10 Aposentadoria

A última questão da parte sobre conhecimentos financeiros permeia uma situação em que o respondente é um jovem que busca uma aposentadoria segura em 30 anos, escolhendo dentre as opções dispostas a mais adequada para o objetivo: “A. criar sua conta poupança em um banco federal; B. investir dinheiro em CDB’s; C. investir poupança mensal em um fundo de investimento de crescimento diversificado; D. investir em títulos do tesouro de longo prazo; E. acumular dinheiro em um cofre”. Há exemplo do tópico 4.3.6, foram consideradas corretas duas opções, “C” e “D”.

A opção “C” é adequada por envolver uma aplicação de maior risco, e a pergunta cita uma pessoa de perfil jovem que terá um intervalo grande, de 30 anos, para resgatar o valor de aplicação, duas características que estão relacionadas a um indicativo deste tipo de aplicação. A opção “D”, por sua vez, trata de um investimento com risco médio-baixo, também de longo prazo, e menos sujeito a oscilações, o que poderia ser adequado em virtude da pessoa ter como objetivo a aposentadoria. As opções corretas foram escolhidas por 63,08% dos discentes do Grupo 1, indicando conhecimento médio a respeito, enquanto apenas 35,29% do Grupo 2 responderam o mesmo, representando conhecimento insuficiente (Tab. 28):

Tabela 28 – Aplicação para aposentadoria

APLICAÇÃO PARA APOSENTADORIA			
OPÇÃO	GRUPO 1	GRUPO 2	TOTAL
A	20,00%	54,90%	35,34%
B	13,85%	7,84%	11,21%
C	35,38%	21,57%	29,31%
D	27,69%	13,73%	21,55%
E	3,08%	0,00%	1,72%
NR	0,00%	1,96%	0,86%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

4.3.11 Conhecimentos Financeiros: Comparação entre Cursos

Na tabela de comparação de desempenho entre os cursos do Grupo 1, tem-se um resultado inesperado e interessante: enquanto nas práticas os discentes de Administração mostraram resultados bastante superiores aos de Ciências Contábeis, em relação aos conhecimentos, os segundos se saem melhores em sete das 10 perguntas. As maiores diferenças pró-Contábeis estão nas perguntas sobre patrimônio líquido (75,76% de acertos, ante 50% de Administração), como já dito, a questão se refere a um dos conceitos contábeis mais básicos; risco de investimento (90,91% a 81,25%); e em relação à liquidez de ativos (81,82%, contra 65,63%). O melhor desempenho de seus discentes está na 3ª questão (90,91% de acertos), enquanto o pior se dá nas questões 1 e 8 (27,27%).

Na questão 2 (elevado, contra médio do geral), Contábeis detém classificação de conhecimentos superior ao grupo, enquanto nas questões 2 e 3 sua classificação é mais elevada que a dos alunos de Administração. Os discentes de Administração tem vantagem favorável na primeira questão, de modo irrisório (28,13%, contra 27,27% de Contábeis) e boa vantagem na 8 (50%, ante 27,27%) e 10 (68,75%, ante 57,58%). Seu melhor desempenho se dá nas questões 5 e 6 (84,38% de acertos), e o pior na sétima, onde acertaram apenas 25% (Tab. 29).

Dentro do Grupo 2, por outro lado, não existem mudanças. Assim como nas práticas, os alunos de Direito conseguem resultados superiores a Serviço Social,

sendo melhores em 9 das 10 questões sobre conhecimentos financeiros. As maiores diferenças estão nas questões sobre aposentadoria (59,09% de acertos, contra 17,24% de Serviço Social), indicação de investimento de alto risco (54,55%, contra 10,34%) e patrimônio líquido (40,91%, ante 6,9%).

O melhor desempenho de Direito está na questão 5 (86,36% de acertos), e o pior na 7 (22,73%). A classificação dos discentes de Direito é superior ao seu grupo e a Serviço Social nas questões 2 (conhecimento médio, contra insuficiente), 5 e 6 (conhecimento elevado, contra médio). Serviço Social tem desempenho superior apenas na questão 3, referente ao tipo de investimento mais arriscado (72,41% de acertos, contra 59,09% de Direito). Nesta questão os discentes também apresentam nível de conhecimento superior a Direito (médio, ante insuficiente).

A maior quantidade de acertos de Serviço Social está na questão 5 (75,86%), enquanto o pior é na anterior, onde apenas 6,9% acertaram (Tab. 29). Quando se apresentam os quatro cursos, percebe-se a superioridade de Ciências Contábeis quanto aos conhecimentos financeiros, obtendo os melhores níveis de acertos em seis questões. Em relação à média, só Ciências Contábeis consegue obter o nível médio de conhecimento (62,12%), tendo o melhor percentual de acertos, com os outros três cursos classificados dentro do nível insuficiente. Serviço Social tem o pior desempenho, com apenas 41,38% (Tab. 29):

Tabela 29 – Conhecimentos financeiros: comparativo entre cursos

COMPARATIVO ENTRE CURSOS				
Q ¹³	ADMINISTRAÇÃO	CONTÁBEIS	DIREITO	SERVIÇO SOCIAL
1	28,13%	27,27%	40,91%	27,59%
2	65,63%	81,82%	63,64%	55,17%
3	81,25%	90,91%	59,09%	72,41%
4	50,00%	75,76%	40,91%	6,90%
5	84,38%	87,88%	81,82%	75,86%
6	84,38%	87,88%	86,36%	68,97%
7	25,00%	30,30%	22,73%	17,24%
8	50,00%	27,27%	54,55%	10,34%
9	50,00%	54,55%	68,18%	62,07%
10	68,75%	57,58%	59,09%	17,24%
M	58,75%	62,12%	57,73%	41,38%

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

A discrepância entre os melhores praticantes e conhecedores das finanças pessoais identificada no Grupo 1 revela que nem sempre uma pessoa segue ou operacionaliza o conhecimento adquirido, podendo haver uma dificuldade para isto, principalmente reforça ao alertado por Fernandes (2011) de que fatores alheios a educação financeira influenciam nas práticas e decisões, prejudicando a efetividade dos programas de alfabetização.

¹³ Legenda questões do teste: 1. Alfabetização em finanças pessoais pode ajudá-lo a; 2. O ativo mais líquido é; 3. Qual tipo de investimento é mais arriscado?; 4. Seu patrimônio líquido é; 5. Você não está gastando demais se; 6. Se você investir 1.000 reais hoje, rendendo 4% por um ano, o seu saldo será; 7. O que é falso sobre cartões de crédito?; 8. A estratégia de investimento de alto risco e alto retorno seria mais adequado para; 9. A principal razão para comprar um seguro é; 10. Suponha que você está em seus vinte e poucos anos e gostaria de construir uma aposentadoria segura em 30 anos. Qual das seguintes abordagens melhor atende às suas necessidades?; M – Média.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo se firmou em analisar a influência das disciplinas financeiras nas práticas e conhecimentos financeiros pessoais de discentes de graduação, buscando definir um possível diferencial entre os cursos que dispunham destas disciplinas em caráter gerencial (Administração e Ciências Contábeis) em relação aos que não detém as citadas em sua grade curricular (Direito e Serviço Social).

A pesquisa utilizada foi classificada como descritiva, quanto aos objetivos; bibliográfica e de levantamento, quanto aos procedimentos. A amostra foi selecionada da forma não probabilística por conveniência, foram visitadas as salas dos últimos períodos ofertados de todos os cursos citados (devido ao pouco tempo hábil, apenas a turma noturna de Direito), com um total de 120 questionários coletados, divididos em: 33 discentes de Ciências Contábeis, 35 de Administração, 30 de Serviço Social, 22 de Direito (14 na especialização em Direito Público e 8 na especialização em Direito Penal).

O instrumento de coleta se constituiu como um questionário formado por 25 questões divididas em três partes que procuravam conhecer o perfil dos respondentes, suas práticas financeiras e, por fim, testavam seus conhecimentos financeiros. A maioria das perguntas era de múltipla escolha, variando entre duas a sete opções possíveis de serem assinaladas.

Quanto ao perfil, os discentes foram classificados como mulheres, com idade entre 21 e 30 anos, pertencentes ao Grupo 1, tendo cursado disciplina financeira e com renda compreendida entre um de dois salários mínimos. As perguntas sobre práticas financeiras foram adaptadas de Barros e Bonatto (2010), com os discentes sendo classificados como: comprando produto não usual por necessidade, comprando a prazo por meio de cartão de crédito, não se considerando endividado, sem prestações em atraso, com até 20% da renda comprometida por dívidas, pagando as obrigações no dia do vencimento, controlando os gastos no caderno de anotações, planejando mensalmente, utilizando as bonificações para realização de um objetivo planejado e não tendo investimentos. Os resultados foram melhores que os de Barros e Bonatto (2010), e piores que os de Moraes (2013).

O teste sobre conhecimentos financeiros foi retirado do estudo de Chen e Volpe (1998) em universitários americanos. Os discentes foram classificados como com conhecimento elevado na questão sobre inadimplência e saldo de investimento, tendo conhecimento médio em relação à liquidez de ativos e risco de investimento. Por fim, conhecimento insuficiente em relação a benefícios da alfabetização financeira, patrimônio líquido, cartões de crédito, indicação de investimento de alto risco, seguros e aplicação para aposentadoria. O percentual geral médio de acertos foi levemente superior a Chen e Volpe (1998), estando no patamar de conhecimento insuficiente.

Na análise dos dados, os cursos de Administração e Contábeis foram agrupados em um só, denominado “Grupo 1”, com um total de 68 discentes. Direito e Serviço Social, por sua vez, denominaram o chamado “Grupo 2”, formado por 52 indivíduos. Em relação às práticas financeiras, os discentes do Grupo 1 foram avaliados com resultados melhores em nove das dez questões. Entre os cursos, os discentes de Administração são os que detêm as melhores práticas entre os quatro. Quanto ao teste de conhecimentos, o Grupo 1 deteve resultados superiores em oito das dez questões, obtendo também um nível geral de acertos maior do que o Grupo 2, estando na classificação média, ante a insuficiente do 2. Entre os cursos, Ciências Contábeis destaca-se neste quesito, sendo também o único a estar no patamar médio.

Adicionalmente, verificou-se que os maiores percentuais de endividamento estão entre os que ganham menos, enquanto os que têm maior renda familiar controlam mais seus gastos, assim também o fazem os que têm maior percentual da renda comprometido por dívidas. A realização de planejamento financeiro encontrou relação positiva entre aqueles que ganham mais, controlam mais seus gastos, dão melhores destinações as bonificações e investem mais. São resultados que servem como justificativa dos benefícios concretos para aqueles que fazem planejamento.

Os resultados de ambas as partes, práticas e conhecimentos, confirmam que, apesar de ressaltar-se que diversos fatores extrínsecos e intrínsecos são influenciadores dos hábitos em finanças, a pesquisa mostra claramente uma relação positiva entre ter disciplinas financeiras gerenciais e melhores níveis de conhecimentos e práticas financeiras, por isto considera-se que os objetivos deste estudo foram cumpridos. Desta forma, em proposta similar a de Barros e Bonatto (2010), é estimulado que haja um esforço do CCJS para a adoção de uma disciplina

sobre Finanças Pessoais em caráter optativo para as quatro graduações, ou, nas dificuldades que possam existir para tal ação, pode ser feita também a formulação de um curso regular sobre o tema, em forma de Projeto de Extensão, aberto a todos os discentes. Como citado, ainda que este tipo de disciplina possa não estar relacionada diretamente aos propósitos do curso, são importantes para a prosperidade pessoal, e este fator deveria ser também considerado na formação, sendo influenciadores de uma boa atuação profissional, principalmente no referente aos administradores.

O estudo teve limitações quanto à inexistência de um acervo na biblioteca do CCJS sobre finanças pessoais. Em uma análise da literatura brasileira sobre o tema, percebe-se que a grande maioria dos livros tem natureza instrutiva, estabelecendo receitas e dicas para o crescimento pessoal, e não um enfoque científico. Desta forma, a fundamentação apresentada tem base quase total em teses, dissertações e artigos. Na realização da pesquisa, esta teve seu começo adiado diversas vezes devido a interrupções no período letivo por causa da realização da Copa do Mundo no país, ao final, houve falta de tempo para algo mais abrangente, que conseguisse um maior percentual de respondentes por turma, e a inclusão de todos os turnos de Direito. Não foi possível realizar as coletas com todos os discentes possíveis concluintes, nem ser feito um censo dentro das turmas ou, em último caso, amostragem probabilística, então o método utilizado acabou sendo o não probabilístico por conveniência, considerado não confiável (CORRAR *et al.*, 2011). O total coletado, então, acabou sendo menor do que o necessário se feito por amostra estratificada proporcional, principalmente nos casos de Direito e Ciências Contábeis.

Conclui-se que esta pesquisa é uma contribuição para a reafirmação da importância das finanças pessoais, que deve ser enfatizada pelos pesquisadores e órgãos governamentais. Devem ser desenvolvidas ações para a alfabetização da população brasileira, promovendo benefícios não apenas individuais, mas para a sociedade e o país, em um momento ímpar de desenvolvimento que exige uma preparação dos indivíduos.

Contudo, sugere-se a aplicação deste questionário em um universo maior, componente por outros *campi*, ou até mesmo universidades, permitindo-se um diagnóstico completo da saúde financeira dos universitários, em um estudo de proporções similares ao realizado por Chen e Volpe (1998). Também podem ser testadas as relações entre outros segmentos, como idade, gênero, etc.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A., **Finanças Corporativas e Valor**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BANCO DE PORTUGAL. **Relatório do inquérito à literacia financeira da população portuguesa**, 2010. Disponível em: <<http://clientebancario.bportugal.pt/PT/PT/PUBLICACOES/INQUERITOLITERACIAFINANCEIRA/Paginas/InqueritoLiteraciaFinanceira.aspx>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

BARROS, C. A. R.; BONATTO, H. **Educação financeira e endividamento**, 2010. Fadergs – Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.fadergs.edu.br/esade/user/file/Carlos%20A_R_Barros.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2014.

BM&FBOVESPA. **Introdução ao Mercado de Capitais**, 2010. Disponível em: <<http://lojavirtual.bmf.com.br/LojalE/Portal/Pages/pdf/merccap.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

CAMARGO, C. **Planejamento financeiro pessoal e decisões financeiras organizacionais: relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo**. 100 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2007.

CHEN, H.; VOLPE, R. P. An Analysis of Personal Financial Literacy Among College Students. **Financial Services Review**, v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998.

CHEROBIM, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. S. B. (Org.). **Finanças pessoais: conhecer para enriquecer!**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) – Maio 2014**. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumido-35>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

CORRAR L. J.; THEÓPHILO, C. R. (Coord.). **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração: contabilometria**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

COSTA JÚNIOR, M. M.; LEMENHE, F. Práticas relacionadas às decisões de investimentos pessoais: um estudo do perfil dos discentes de uma instituição federal de ensino superior. In: **X Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Campina Grande**. Campina Grande, 2013.

DONADIO, R.; CAMPANARIO, M. A.; RANGEL, A. S. O papel do da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **REMark – Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v.11, n.1, p.75-93, jan./abr. 2012.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). Orçamento Familiar. (2009). Disponível em: <<http://www.meubolsoemdia.com.br/ferramentas/tabelas/tipos-de-tabela-mes-a-mes>>. Acesso em: 16 mai. 2014.

FERNANDES, D. T. **Acerca da Literacia Financeira**. 126 p. Dissertação (Mestrado em Economia Portuguesa e Integração Internacional) – Departamento de Economia, Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Governo prorroga redução de IPI para carro até o final de 2013**. (2013). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/101420-governo-prorroga-reducao-de-ipi-para-carro-ate-o-final-de-2013.shtml>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

FRADE, C. (Coord.); LOPES, C.; NOGUEIRA, C.; MAGALHÃES, S.; BRINCA, P. Desemprego e Sobre endividamento dos Consumidores: Contornos de uma 'ligação perigosa'. **Projecto Desemprego e Endividamento das Famílias: Relatório Final**, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra: Coimbra, 2003.

FRADE, C. (Coord.); LOPES, C.; JESUS, F.; FERREIRA, T. Um perfil dos sobre endividados de Portugal. **Projecto de Investigação POCTI/J40069/2001: Relatório Final**, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra: Coimbra, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUTTMAN, R.; PLIHON, D. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. In.: **Economia e Sociedade**, v.17, Número especial, p. 575-610, Campinas, dez. 2008.

JORNAL NACIONAL. **Brasil tem a maior taxa de juros no cartão de crédito da América Latina.** (2014). Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/01/brasil-tem-maior-taxa-de-juros-no-cartao-de-credito-da-america-latina.html>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

MARQUES, C. S. D. **Endividamento dos particulares e suas conseqüências.** 143 p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Instituto Politécnico de Lisboa: Lisboa, 2012.

MATTA, R. O. B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal – o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal.** 214 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília: Brasília, 2007.

MELLO, P. M. **O desenvolvimento da Bolsa de Valores de São Paulo a partir dos anos 1990.** 43 p. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Fundação Armando Alvares Penteado: São Paulo, 2008.

MORAES JUNIOR, J. J. **Contabilidade geral.** 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MORAIS, A. F. V. **Orçamento pessoal: um estudo das práticas adotadas pelos discentes da UFCG Campus – Sousa.** 94 p. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande: Sousa, 2013.

MOREIRA, A. S. Dinheiro no Brasil: um estudo comparativo do significado do dinheiro entre as regiões geográficas brasileiras. In.: **Estudos de Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 379-387. Natal, 2002.

MOURA, A. G.; ARANHA, F.; ZAMBALDI, F.; PONCHIO, M. C. As relações entre Materialismo, Atitude ao Endividamento, Vulnerabilidade Social e Contratação de Dívida para Consumo: um Estudo Empírico Envolvendo Famílias de Baixa Renda no Município de São Paulo. In: **II EMA – Encontro de Marketing da Anpad**, Rio de Janeiro, 2006.

PINHEIRO, R. M.; CASTRO, G. C.; SILVA, H. H.; NUNES, J. M. G. **Pesquisa de mercado.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PONCHIO, M. C. **The influence of materialism on consumption indebtedness in the context of low income consumers from the city of São Paulo**. 175 p. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2006.

PORTAL DO INVESTIDOR. **História do Mercado de Capitais**. (2014). Disponível em:
<http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Academico/O_Mercado_de_valor_es_mobiliarios_brasileiro/Historia_Mercado-Capitais.html>. Acesso em: 19 jun. 2014.

RIBEIRO, C. A.; VIEIRA, K. M.; SANTOS, J. H. A.; TRINDADE, L. L.; MALLMAN, E. I. Finanças pessoais: análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de administração. In: **XII SEMEAD – Seminários em Administração FEA-USP**. São Paulo, 2009.

RUBERTO, I. V. G.; VIEIRA, K. M.; BENDER FILHO, R.; SILVEIRA, V. G. A influência dos fatores macroeconômicos sobre o endividamento das famílias brasileiras no período 2005 – 2012. (2013). In.: **Revista Estudos do CEPE**, , n. 37, p. 58-77, Santa Cruz do Sul, jan./jun. 2013.

SAITO, A. T. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. 160 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. In.: **RAP – Revista de Administração Pública**, v.41, n.6, p.1121-41, Rio de Janeiro, nov./dez. 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, P. R. **Psicologia do risco de crédito: análise da contribuição de variáveis psicológicas em modelos de *creditscoring***. 244 p. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2011.

SOUSA, F.; DANA, S. **Como passar de devedor para investidor**. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUSA, A. F.; TORRALVO, C. F. A gestão dos próprios recursos e a importância do planejamento financeiro pessoal. In: **VII SEMEAD – Seminários em Administração FEA-USP**, São Paulo, 2004.

TONATO, D. C. Comparação histórica entre medidas de contenção ao endividamento excessivo: o caso romano de 352 a.C. e o anteprojeto de atualização do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. In.: **Revista de Derecho Privado**, n.23, p.119-138, Bogotá, jul./dec. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. Centro de Ciências Jurídicas e Sociais. **Projeto Político Pedagógico de Ciências Contábeis**. Sousa: CCJS, 2004. Disponível em: <<http://www.ccjs.ufcg.edu.br/menu.php?menu=g-cc-documentos>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. Centro de Ciências Jurídicas e Sociais. Coordenação Administrativa da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis. Coordenação do Curso de Administração. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração**. Sousa: CCJS, 2010.

_____. Centro de Ciências Jurídicas e Sociais. Coordenação do Curso de Serviço Social. Núcleo Docente Estruturante. **Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social**. Sousa: CCJS, 2013.

_____. Centro de Ciências Jurídicas e Sociais. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE. **Projeto Pedagógico do curso de Direito**. Sousa: CCJS, 2014.

UOL. **Governo mantém IPI menor para eletrodoméstico e móvel, mas reduz desconto**. (2013). Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/27/governo-mantem-ipi-menor-para-elerodomestico-e-movel-mas-reduz-desconto.htm>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

ZERRENNER, S. A. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. 67 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

APÊNDICE – INSTRUMENTO DE PESQUISA

Este instrumento de pesquisa tem por objetivo coletar dados para a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com a temática em Finanças Pessoais, realizado pelo discente Manoel Martins da Costa Júnior (Curso de Administração da UFCG), sob orientação do docente Flávio Lemenhe (Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis da UFCG).

O instrumento é anônimo, não sendo necessário identificar-se de qualquer forma, e suas informações serão utilizadas apenas para fins acadêmicos, portanto solicita-se que este seja respondido com seriedade, sendo disponibilizados dados que correspondam a sua realidade pessoal. O tempo de resposta varia de 5 a 15 minutos.

O presente instrumento está segmentado em três partes: Perfil do Respondente (Parte I); Práticas Financeiras (Parte II); e Conhecimentos Financeiros (Parte III).

PARTE I – PERFIL DO RESPONDENTE

Nesta parte você colocará suas informações básicas, reafirmando elas não precisam ser identificadas e serão utilizadas apenas para fins desta pesquisa.

1. Gênero	A. Masculino	B. Feminino	2. Idade _____ anos
------------------	---------------------	--------------------	----------------------------

3. Curso de graduação			
A. Administração	B. Ciências Contábeis	C. Direito	D. Serviço Social

4. Já cursou alguma disciplina financeira em seu curso de graduação?	
A. Sim	B. Não

5. Qual sua renda mensal familiar?
A. R\$ 0 a R\$ 724,00 B. R\$ 725,00 a R\$ 1.448,00 C. R\$ 1.449,00 a R\$ 2.896,00 D. R\$ 2.897,00 a R\$ 5.792,00 E. Maior que R\$ 5.792,00 F. Prefiro não informar.

PARTE II – PRÁTICAS FINANCEIRAS

A parte II refere-se ao que e como você utiliza suas receitas e despesas, continuando a responder de acordo com a sua realidade.

6. Ao realizar uma compra de um produto não usual, qual o principal motivo?

- A. Planejei com antecedência
- B. Tenho necessidade
- C. Está na promoção
- D. Está em liquidação
- E. Tenho crédito pré-aprovado
- F. Outro. Qual? _____

7. Como você costuma realizar compras a prazo?

- A. Só compro à vista
- B. Cheque pré-datado
- C. Cartão de crédito
- D. Creditário (carnê)
- E. CDC (empréstimo bancário)
- F. Empréstimo consignado
- G. Outra. Qual? _____

8. Você se considera endividado?

A. Sim

B. Não

9. Você possui prestações/obrigações em atraso?

A. Sim

B. Não

10. Qual percentual aproximado da sua renda mensal está comprometido com prestações/obrigações?

- A. 1% a 20%
- B. 21% a 40%
- C. 41 a 60%
- D. 61 a 80%
- E. 81 a 100%
- F. Não sei

11. Como você costuma pagar suas prestações/obrigações mensais?

- A. Antecipado (antes do dia do vencimento)
- B. No dia do vencimento
- C. Atrasado (Após o dia do vencimento)

12. Como você controla seus gastos mensais?

- A. Não controlo
- B. Caderno de anotações
- C. Planilha eletrônica
- D. Extrato da conta bancária
- E. Fatura do cartão de crédito
- F. Software específico
- G. Outro. Qual? _____

13. Qual tipo de planejamento financeiro você realiza? (marque mais de uma opção, se necessário)

- A. Não faço planejamento financeiro
- B. Planejamento mensal
- C. Planejamento anual
- D. Planejamento conforme um objetivo definido
- E. Planejamento para um período superior a um ano

14. Qual a finalidade que você dá para suas bonificações (13º salário, Participação nos Lucros e Resultados, etc)?

- A. Investo
- B. Quito prestações/obrigações em atraso
- C. Antecipo pagamento de prestações/obrigações
- D. Gasto tudo em compras
- E. Realizo um objetivo traçado no planejamento
- F. Outro. Qual? _____

15. Em que você investe? (marque mais de uma opção, se necessário)

- A. Não tenho investimentos
- B. Caderneta de poupança
- C. CDB
- D. Títulos públicos
- E. Ações
- F. Imóveis
- G. Outro. Qual? _____

PARTE III – CONHECIMENTOS FINANCEIROS

ATENÇÃO! Ao contrário das partes I e II, as 10 próximas perguntas fazem parte de um teste sobre seus conhecimentos financeiros, ou seja, uma das opções disponibilizadas em cada questão é considerada **CORRETA**, sendo justamente o seu nível de acertos a ser analisado.

16. Alfabetização em finanças pessoais pode ajudá-lo a:

- A. evitar ser vítima de fraudes financeiras.
- B. comprar o tipo certo de seguro para proteger você de um risco catastrófico.
- C. aprender a investir para satisfazer suas necessidades futuras.
- D. levar uma vida financeiramente segura através da formação de hábitos saudáveis.
- E. todos os itens acima.

17. O ativo mais líquido é:

- A. dinheiro em um CDB.
- B. dinheiro em uma conta corrente.
- C. um carro.
- D. um computador.
- E. uma casa.

18. Qual tipo de investimento é mais arriscado?

- A. Caderneta de poupança
- B. CDB
- C. Letra do tesouro nacional
- D. Ações de uma companhia aberta
- E. Fundos de investimento de curto prazo

19. Seu patrimônio líquido é

- A. a diferença entre as suas despesas e receitas.
- B. a diferença entre os seus ativos e passivos.
- C. a diferença entre o fluxo de caixa e saída.
- D. a diferença entre os seus empréstimos bancários e poupança.
- E. nenhuma das opções acima.

20. Você não está gastando demais se:

- A. você escreve cheques com mais do que tem disponível em sua conta corrente.
- B. seu salário mensal é de R\$ 500 e a fatura do cartão é de R\$ 1.000.
- C. você costuma receber cobranças de várias agências.
- D. o seu pagamento mensal da dívida é de 30% do seu salário líquido .
- E. você paga o valor mínimo da fatura do cartão de crédito.

21. Se você investir 1.000 reais hoje, rendendo 4% por um ano, o seu saldo será:

- A. maior se os juros são compostos por dia, em vez de mensalmente.
- B. maior se os juros são compostos trimestralmente em vez de semanalmente.
- C. maior se os juros são compostos anualmente em vez de trimestralmente.
- D. R\$ 1.040, não importa como os juros são computados.
- E. R\$ 1.000, não importa como os juros são computados.

22. O que é falso sobre cartões de crédito?

- A. Você pode usar seu cartão de crédito para receber um adiantamento em dinheiro.
- B. Se o saldo do cartão de crédito é de R\$ 1.000 e você paga R\$ 300, os juros são cobrados sobre o saldo devedor de R\$ 700.
- C. A taxa de juros no cartão de crédito é normalmente maior do que você pode ganhar em um CDB.
- D. A empresa de cartão de crédito não vai cobrar juros, se você pagar a totalidade do saldo na data de vencimento.
- E. Você não pode gastar mais do que sua linha de crédito.

23. A estratégia de investimento de alto risco e alto retorno seria mais adequado para:

- A. um casal de idosos aposentados vivendo com uma renda fixa.
- B. um casal de meia-idade que necessitam de fundos para a educação de seus filhos em dois anos.
- C. um jovem casal sem filhos.
- D. todas as anteriores, porque todos eles precisam de alto retorno.
- E. nenhuma das opções acima, porque eles são igualmente avessos ao risco.

24. A principal razão para comprar um seguro é:

- A. protegê-lo de uma perda recentemente incorrida.
- B. fornecê-lo um excelente retorno de investimento.
- C. protegê-lo de uma perda catastrófica.
- D. protegê-lo de pequenas perdas acidentais.
- E. melhorar seu padrão de vida mediante a apresentação de reivindicações fraudulentas.

25. Suponha que você está em seus vinte e poucos anos e gostaria de construir uma aposentadoria segura em 30 anos. Qual das seguintes abordagens que melhor atende às suas necessidades?

- A.** criar sua conta poupança em um banco federal.
- B.** Investir dinheiro em CDB's.
- C.** Investir poupança mensal em um fundo de investimento de crescimento diversificado.
- D.** Investir em títulos do Tesouro de longo prazo.
- E.** Acumular o dinheiro em um cofre.